Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 30 de junho de 2022
Ata N.º 10

No dia trinta de junho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e quarenta minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026;

PONTO TRÊS – Contas Consolidadas 2021;

PONTO QUATRO – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização 2021;

PONTO CINCO – Acordos de execução e Contrato Interadministrativo estabelecidos com as Juntas de Freguesia e União de Freguesias – Prorrogação;

PONTO SEIS – Protocolo de colaboração para partilha de formação entre a Câmara Municipal de Palmela e as Freguesias do Concelho;

PONTO SETE – Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudos.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura:
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;

Verificou-se ainda as seguintes ausências.
Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- António Manuel Caeiro Mestre;
- Cecília Maria Cordeiro de Sousa;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Pedro Miguel Paula Biu.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Vereadora Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Nuno Miguel dos Santos Passos** secretário do executivo.
- **Sr. António Manuel Caeiro Mestre da CDU,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Mário Miguel Xavier Felicidade,** que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos de pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra,** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros a **Sra. Maria Clara Santos Marques Félix do PS e Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra do PPD/PSD,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Sr. Presidente de Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caríssimos colegas membros da Assembleia Municipal, público aqui presente, a quem nos segue via streaming em casa, uma boa noite para todos alargados aos técnicos do município que estão aqui em exercício.

Cumprimos hoje o desidrato de algum tempo, que foi o facto dos diferentes grupos parlamentares aqui presentes serem fotografados em conjunto, com o objetivo de fazermos uso dessa fotografia como acompanhamento daquilo que é a página da Assembleia Municipal. Entendo que não deve a única fotografia que está na página ser a minha mas o meu papel aqui é um papel sempre de passagem e portanto nessa linha de pensamento todos são dignos como eu de estar nessa página da Assembleia Municipal, um agradecimento também à equipa do município que fez a fotografia connosco lá fora desde as sete e meia que conseguiu que o vento não afeta-se demasiado os nossos grandes penteados principalmente o pessoal que não tem tanto cabelo e isso permitiu que tudo conseguisse correr da melhor forma possível.

Temos uma sessão com sete pontos da ordem de trabalhos, de início teremos o período do Público uma saudação para o público aqui presente, depois teremos o período antes da ordem do dia e entraremos posteriormente na ordem do dia pedindo-vos na medida do possível que não alonguemos este período de antes da ordem do dia mais do que aquilo que o regimento preconiza e que é uma hora."

Período de Intervenção dos Munícipes

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Pensei dar-vos só esta nota principalmente para os líderes de bancada, gostava que agendassem o dia oito de setembro para podermos fazer uma reunião de líderes de bancada, temos sempre umas agendas complicadas fazer em julho é aqui um risco e também como o agosto será pacifico avançaremos com esta reunião dia oito de setembro que gostava desde já de vos convidar a estar para fazermos um bocadinho o balanço daquilo que foi este primeiro ano da Assembleia Municipal entre lideres, para depois eventualmente tomarmos algumas decisões/posições para o resto do mandato.

Entramos no período do público e, portanto, se houver intervenções a fazer agradecia que o pudessem fazer, agradecia que o microfone fosse puxado mais para o centro da sala para podermos ver até que tem menos luz aí atrás estas intervenções agradeço que se identifiquem e posteriormente o Sr. Presidente de Câmara ou alguns dos Vereadores ou eu próprio tentaremos ajudar naquilo que forem as questões aqui colocadas.

Boa noite se faz favor."

A **Sra. Renata Martins:**

"Boa tarde a todos, eu chamo-me Renata Martins, moro no Pinhal Novo, nós fazemos parte da Associação de Pais das Escolas do Pinhal Novo, ou seja, estamos aqui a tentar fazer um apelo dizer a situação que está a acontecer e pedir também a vossa ajuda.

Começo por referir que não estamos aqui a falar de negócios, não estamos aqui a falar de dinheiro, estamos aqui a falar de crianças, de amor, de afeto, de confiança, de respeito, de partilha, de solidariedade, estamos aqui a falar de segurança. As Associações de Pais das diferentes escolas, seja do Zeca Afonso, seja do Alberto Valente, Salgueiro Maia, António Santo Jorge, Batudes e todas as outras que pertencem ao agrupamento sempre trabalharam para a comunidade educativa escolar e não só, nós temos parcerias com a Câmara que encerra no final deste ano letivo mas demos inicio à nossa parceria no ano de dois mil e cinco outras escolas à medida que foram criando as associações também foram fazendo essas parcerias com as atividades *Componente de Apoio à Família (CAF)*, *Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)*, *Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)* e (ATL) e agora passou a ser chamada de *Escola a Tempo Inteiro.*

Desde dois mil e cinco que nós trabalhamos com a comunidade, com os alunos, com os pais e hoje os pais já têm filhos que foram nossos alunos e voltam para a escola e põem lá os seus filhos porque confiam em nós e todo este trabalho que foi feito ao longo de dezassete anos foi jogado no lixo, nós não entendemos muito bem porquê e é isso que nós estamos aqui a fazer, tentar perceber porque nos foram cortados férias, porque é que estão a fazer isto às nossas crianças, porque é que estão a fazer isso com a nossa comunidade.

No dia um de abril a delegação de poderes foi alterada e a câmara que era responsável pelas atividades (CAF), (AAAF), (CAF) e até pelo (ATL)

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ia pedir-lhe só que, desdobra-se as siglas porque muitos dos que estão aqui não sabem o que é que está a falar eu sei e muitos sabem, mas agradeço porque há coisas que não chegamos lá."

A Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU, iniciou os trabalhos pelas 20:51 horas.

A **Sra. Renata Martins:**

"As (AEC), são Atividades de Enriquecimento Curricular, que o primeiro ciclo tem a partir do fim das aulas do período normal, eles têm aulas até às três, das três às cinco e meia têm as atividades que eram promovidas pela Câmara e através de parcerias feitas com a escola, nós promovíamos várias atividades às crianças de inglês, ioga, ginástica, teatro, música, por-aí-fora.

As (AAAF), são Atividades de Animação e Apoio à Família, para o pré-escolar que era dado também através da Câmara a partir das oito e meia às nove e meia, os pais que precisavam desse apoio poderiam ter.

O (ATL) supria a necessidade das sete ou sete e meia consoante a necessidade escolar até há hora das (AAAF) para quem não tinha direito as (AAAF) como não está a trabalhar até às nove da manhã que era a altura da entrada na escola e após as (AEC) das cinco e meia para as sete e meia.

É este o serviço que todas as comunidades escolares através das associações estavam a trabalhar, com a mudança da autonomia a Câmara passou essa responsabilidade que passou a ser chamada de (Escola a Tempo Inteiro) para a direção dos agrupamentos e essa mudança foi feita no dia um de abril, no dia trinta de abril as associações foram convidadas pela direção do agrupamento para conversar com a direção a respeito deste assunto e para nossa surpresa quando chegamos lá já havia uma entidade privada para a realização da (Escola a Tempo Inteiro), a "Edugep - Conceção, Desenvolvimento e Gestão de Projetos de Natureza Educacional, Social e Cultural Lda." estava presente nesta reunião a Edugep apresentou o seu projeto, a Edugep disse que a partir daquele momento em conjunto com a direção ia assumir as atividades, como podem imaginar ninguém recebeu essa noticia muito bem porque nós estamos há dezassete anos dentro das escolas nunca tivemos uma queixa de pais, de criança, da câmara, de nenhuns dos diretores que passaram pelas escolas no decorrer desses anos, não temos sequer uma única queixa de absolutamente ninguém e sem razão nenhuma não fomos chamados para perguntar "*vocês têm capacidade de responder a isto*?" nós conseguimos trabalhar junto, abarcar todo o agrupamento e trabalharmos todos em equipa, não, as associações foram postas de parte, foram esquecidas e a Edugep assumiu. Após essa reunião reunimos as associações e pedimos uma reunião com a direção que foi aceite e a reunião foi marcada para dia três de junho e quando nós chegamos lá estava a Edugep. Mais uma vez uma reunião que era para nós conversarmos independente do ponto de situação e saber aquilo que poderíamos fazer ou não, estava a Edugep para saber aquilo que nós queríamos falar.

Referir que na reunião do dia trinta de maio a Edugep depois da reunião já começou a ir as escolas, ver os espaços escolares, falar com a comunidade educativa e tentar recolher das associações quais os, funcionários que nós tínhamos para poderem possivelmente dar continuidade aos que quisessem, aos que não quisessem com a redução de trinta por cento do ordenado a recibos verdes.

No dia três de junho nós não recebemos bem a Edugep estar lá, reclamamos a direção não gostou, mas de qualquer forma acabou por aceder o nosso pedido retirou a Edugep da sala, assim como eu e outra colega da associação, a reunião aconteceu e as palavras da diretora era; "*eu quero, eu vou trabalhar com a Edugep portanto a Edugep vai ser a nova promotora das atividades da escola a tempo inteiro, eu quero trabalhar com a Edugep"*, depois de várias discussões conseguimos a oportunidade de apresentar um projeto e a equipa para responder à necessidade que até então nós não conhecíamos, mas a Edugep sim, a Edugep teve acesso ao plano de intervenção da direção, a Edugep sabia exatamente aquilo que a escola queria porque no projeto que eles apresentaram colocaram lá frases do plano de intervenção da direção coisa que nós nunca tivemos conhecimento, cederam ao nosso pedido para fazer o projeto e apresentar, deu-nos onze dias para fazer esse projeto que seria dia catorze apresentamos o projeto junto com a Edugep, tornamos a apresentar no conselho pedagógico, depois fomos retiradas da sala de reuniões e o conselho pedagógico deliberou que a Edugep ganhou o projeto.

No dia seguinte a direção comunicou às associações de pais que a Edugep tinha ganho o projeto e que ia assumir "A Escola a tempo inteiro", o próximo passo foi avisar os pais, nunca ninguém perguntou aos pais se estavam satisfeitos ou não, supostamente correu um questionário para avaliar os nossos serviços, mas que não chegou a todos no meio de mil e sessenta de encarregados de educação do primeiro ciclo, só duzentos e cinquenta e seis receberam e responderam, dos professores são cinquenta e oito, mas só doze responderam. Quando a diretora comunica aos pais essa decisão os pais ficam contrariados, porque conhecem os nossos serviços, sabem aquilo que nós fazemos, nós não temos só os serviços da "*Escola a tempo inteiro*" como

trabalhamos para a comunidade, nós revitalizamos a escola, nós colocamos na Escola Zeca Afonso projetores em todas as salas de aulas, nós pintamos as escolas praticamente todos os anos, nós colocamos desenhos no muro, chão, em todos os lados e o que eu digo da Zeca Afonso, acontece o mesmo na Alberto Valente, na Salgueiro Maia e nas outras escolas todas, porque muitas vezes a Câmara ou a Junta não tem possibilidade de responder a essas necessidades e a associação de pais assume essas necessidades.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Tem que concluir."

A **Sra. Renata Martins:**

"Para resumir, foi feito duas petições, os professores ficaram contrariados, os pais ficaram contrariados e obtivemos numa petição seiscentos e sessenta assinaturas, na outra seiscentos e seis até ao dia de ontem e também não foi aceite pela direção porque diz que a petição online não é válida, então passaram (gravação não audível) assinaturas.

Para concluir o conselho geral finalmente foi composto porque até então não tínhamos o concelho geral constituído, no dia vinte e quatro foi feita uma concentração na frente da escola, dessa concentração onde se reuniu connosco não só a comunidade nós temos também parceria com o IFP, contratamos pessoas do IFP para estágio e não só a comunidade local com professores, pais, crianças, funcionários todos estavam na concentração connosco e ficou decidido em conselho geral no dia vinte e quatro que os dois projetos iam ser reavaliados, não sei muito bem como, porque já tinha sido dado a informação a toda a gente, mas no dia vinte e oito o projeto da Edugep seria avaliado e ontem ficamos a saber que nenhum dos dois porque o conselho geral não tem competência para decidir tal coisa, só tem que avaliar as atividades que vão ter as famosas (AEC) que são aquelas horas depois das aulas e pouco mais que isso, nós temos pessoas que trabalham connosco há dezassete anos e são muitas que têm os seus postos de trabalho em risco, temos pais que estão muito aflitos e estão preocupados porque não sabem o que aí vem, quando nós sabemos que a Edugep é uma empresa grande é, mas a estabilidade é pouca porque as pessoas recebem pouco a recibo verde e cada vez que têm uma oportunidade melhor saem e a troca de pessoas nós temos crianças autistas, temos crianças com debilidade e todas têm esses laços com a equipa que é sempre a mesma.

Gostaria de pedir a vossa ajuda para a resolução desta situação, para que as associações de pais não sejam destacadas porque na realidade foi isso que aconteceu nós acabamos por ser destacados sem respeito nenhum pelo trabalho que desenvolvemos ao longo de dezassete anos e nem sabemos muito bem porquê."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, recorde-me só o seu nome por favor é representante de uma associação de pais."

A **Sra. Renata Martins:**

"Sou Renata Martins, sou da direção da associação de pais da Zeca Afonso, também sou professora, também faço parte do concelho geral, também sou representante dos pais da sala dos meus dois filhos, um da Zeca Afonso e o outro que está na sede do agrupamento."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado Renata.

Mais alguma intervenção neste período?

Faz favor."

A **Sra. Fernanda Benjamim:**

"Boa noite a todos, o meu nome é Fernanda Benjamim, eu sou mãe de uma aluna do pré-escolar da escola Zeca Afonso e estou cá como encarregada de educação, eu venho aqui representar os pais, eu não tenho vinculo algum com a comunidade escolar eu venho aqui na condição de mãe de uma aluna e representante dos pais que não podem vir, eu venho como mãe fazer aqui um apelo, um protesto em relação a tudo isso que a Renata acabou de dizer. Todo esse comportamento que essa senhora diretora vem nos submetendo, ele é prejudicial aos nossos filhos da maneira como se fez essa mudança, ninguém aqui é contra mudanças e sim, como a forma que as coisas estão sendo realizadas.

Nós pais que a meu ver somos os maiores interessados no bem-estar dos nossos filhos, não fomos ouvidos, não somos ouvidos por ela, que tem um comportamento autoritário e a meu ver antidemocrático diante de tudo o que vem ocorrendo e tudo o que vem sendo posto e tudo o que tem sido falado, já há inclusivo ameaças a funcionários da escola, professores e auxiliares por essa senhora de rotatividade de funções e de postos de trabalho. A minha filha de quatro anos corre o risco de em setembro voltar às aulas e não ter mais a mesma educadora, a mesma auxiliar do posto de trabalho simplesmente porque uma senhora foi contrariada na sua vontade, eu não tenho palavras aqui para exprimir, para expressar a nossa indignação como pais, como cidadãos, e como encarregados de educação que estão a ver o que está a ocorrer dentro dessas escolas dentro de um trabalho que como mãe eu sou aqui testemunha de como é bem feito, bem realizado eu já tive elogios da pediatra, da terapeuta da fala da minha filha, da equipa da Zeca Afonso que acompanham a minha filha pela interdisciplinaridade em que elas trabalham com as crianças, com a disponibilidade para outros profissionais, de conversar com os pediatras, com os terapeutas, agora imagina não sei se aqui há mas algum pai de uma criança autista sabe do que eu estou a falar por exemplo: o que é uma mudança, o que é uma empresa como a Edugep, como nós já sabemos como acontece um dia é a professora de música e na semana seguinte já não é mais a mesma professora, não há rotina, não há previsibilidade se há algum pedagogo aqui ou algum profissional na área pedagógica sabe do que eu estou a falar, que crianças precisam de rotinas de previsibilidade e de bons profissionais atuando em prol do seu bem-estar.

Agora como cidadã eu venho aqui fazer quase que uma denuncia pela falta de transparência com que este processo está sendo realizado este não é um processo transparente, nós pais sendo praticamente ignorados durante a concentração que houve em frente ao agrupamento durante a única reunião do Conselho Geral durante um ano, a Diretora vir para fora da escola e ameaçar profissionais, há vídeos inclusive desse comportamento que a Diretora teve, ameaçar profissionais que estavam lá, ameaçar pais que estavam a filmar numa concentração no espaço publico e nós estamos cá a fazer um apelo como cidadã também uma denuncia porque isto precisa ser averiguado, isto precisa ser colocado como uma pauta importante da Câmara que eu julgo ser competente para isso em beneficio dos nossos filhos porque é a nossa preocupação como encarregados de educação.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Há alguns aspetos objetivamente que não são para aqui, h, denuncias que está a fazer que são casos de polícia, não é para a Assembleia Municipal, tudo o resto o Sr. Presidente da Câmara com certeza se prenunciará sendo que, na minha modesta opinião o Conselho Geral está-me a de dizer também que eu tenho de fazer uma declaração de interesse, eu sou professor dessa escola, embora eu não esteja lá e também nunca estive também na vigência desta diretora, mas tenho lá gente, há membros desta Assembleia que são inclusivamente professores nessa escola. Essas questão de denúncia são casos de polícia, não são claramente para aqui, para aqui é genericamente a forma como foram afastados acabaram por dizer que tinham sido afastados de todo este processo eventualmente é uma questão que o Conselho Geral teria que decidir diria eu, só reuni uma vez então teria alguma dificuldade em o fazer nesta fase já que os pais têm cinco elementos no Conselho Geral e portanto poderão também fazer aí ouvir a sua voz de qualquer forma, eu não diria muito mais nesta fase.

Não sei se há mais alguma intervenção?

Se faz favor."

O **Sr. Artur Ramos:**

"Boa noite, o meu nome é Artur Ramos, sou estudante do ensino superior, gostaria de colocar uma questão em relação ao Regulamento da atribuição de Bolsas de Estudo do Concelho de Palmela eu sei que algumas alterações foram feitas apesar de eu não ter tido acesso ao novo Regulamento, mas pelo que eu percebi ainda consta no artigo 5º., alínea 3) do Regulamento "que é impossível acumulação de bolsas do Concelho de Palmela com outras bolsas de entidades publicas ou privadas" eu gostaria de saber porquê e se há algum obstáculo efetivamente a essa acumulação eu gostaria que esse obstáculo fosse precisado.

Muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Alguma intervenção?

Peço-lhe que seja cirúrgica."

A **Sra. Fernanda Benjamim:**

"Eu peço desculpa pela expressão denuncia que no português do Brasil tem um significado, eu gostava aqui de ter feito uma reclamação e mostrar a minha indignação, então eu peço desculpa e faço aqui uma retificação do que eu disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Alguma intervenção?

O **Sr. Rui Rocha:**

"Quero desejar uma boa noite ao Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara aos Srs. Vereadores, deputados municipais e ao público em geral.

Eu venho cá demonstrar o meu descontentamento, o meu nome é Rui Rocha, moro na Estrada dos Quatro Castelos, venho demostrar o meu descontentamento pelas obras em curso que estão a fazer, segundo aquilo que eu me informei as obras são por causa das águas das chuvas e por uma via de bicicletas, perante aquelas obras que se estão a fazer, nós não temos ali saneamento básico, era necessário se estão lá a fazer obras, fazer o saneamento, visto termos ali o Colégio Islâmico, temos ali vários moradores, eu já ali estou há trinta anos ainda hoje à fossas sépticas, no seculo XXI em que nós estamos já não é admissível, estamos a viver ainda no seculo passado, acho que era de bom tom já que estão em obras, as máquinas estão a trabalhar estão a fazer os buracos, não era muito dispendioso para a Câmara e aproveitavam e faziam tudo, eu sei que aquilo são dinheiros da Comissão Europeia mas acho que é de aproveitar essas coisas, se não estamos a pavimentar a estrada e daqui a quatro ou cinco anos torna-se a fazer o mesmo para por lá água e esgotos.

Acabei de demonstrar o meu descontentamento.

Muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Alguma, intervenção mais?

Não havendo fechamos a intervenção do público nesta fase e Sr. Presidente tem quatro questões essenciais em cima da mesa se faz favor."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito boa noite a todos e a todas, cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, restantes membros da mesa, os Srs. e Sras. membros da Assembleia, Srs. e Sras. Vereadores, naturalmente as Sras. e os Srs. munícipes é um prazer tê-los a intervir e a exercer direitos cívicos de discutirmos diretamente os problemas que preocupam cada um e a comunidade em geral. Sejam, portanto, muito bem-vindos e congratulo-me com a vossa presença.

Relativamente a este processo da denominada "*Escola a Tempo Inteiro*" que integra várias componentes, já procuraram aqui e muito bem explicar se calhar uma breve nota de enquadramento, "*A Escola a Tempo Inteiro*", desde mil novecentos e noventa a sete/noventa e oito, quando houve a primeira legislação sobre a matéria foi a primeira tentativa de descentralização para os municípios e ela não sendo aceite previa alguns protocolos de colaboração que permitissem a colaboração dessas atividades, define claramente quem poderia ser as entidades promotoras, os municípios, naturalmente as escolas, as associações de pais, as próprias IPSS e até outras entidades.

No concelho de Palmela de facto a "*Escola a Tempo Inteiro*" foi tendo vários modelos e o modelo que adotamos nos últimos anos tinha também a partilha de responsabilidades, apoiou-se e bem no nosso entender nas associações de pais, que se disponibilizar para com o apoio municipal desenvolverem, gerirem os vários componentes de apoio à família e em nosso entender, que também transferimos verba e que temos uma relação cordial com todas as associações e a avaliação que fazemos é de facto positiva.

Esta questão da descentralização de competências já vem sendo falada há quatro anos, eu creio que temos todos a responsabilidade de nunca termos discutido a descentralização de competências com as nossas populações e cidadãos, se calhar nos últimos anos todos pensamos, que isto era um problema de um qualquer governo e algumas autarquias, umas querem outras não querem, umas só encontram virtudes, outras, só encontram defeitos, nem é bem esse o termo, mas sobretudo creio que no processo de negociação se calhar as pessoas estão muito centradas nas questões financeiras que são importantes porque estas competências estão a ser transferidas numa logica de subfinanciamento e que ainda vão dar muito que falar.

Apesar de cumprirmos a lei e de começarmos no dia um de abril, nós continuamos a reunir com regularidade com o representante do ministério e eu próprio diretamente, com ministros e ministras sobre estas matérias, da educação não tenho falado com o atual ministro, mas da saúde estivemos na sexta-feira a debater o assunto e isto sempre dissemos iria criar outros problemas que não de natureza financeira porque eles dizem que há umas portarias, há uma serie de atualizações, há uma serie de coisas que iram ser corrigidas, bem o município de certa forma porque foram obrigados em concreto a avançar no dia um e as outras só avançam quando assinarem o auto de transferência, passaram aqui, digamos assim um cheque em branco mas também com boa-fé, que procurar fazer parte da solução, e vamos ver como corre a experiência. Mas tínhamos de facto a noção que isto é um elefante num quarto que está a trazer-nos alguns problemas de gestão, desde logo da preparação do próprio município para gerir e acomodar mais duzentos e setenta funcionários, para fazer concursos para os refeitórios todos, a preços que são quase o dobro daquilo que o ministério se propõe pagar, houve agora uma correção do valor imaginem que pode ir aos dois e setenta e cinco imaginem o concurso que se faz é de três euros e dez mais iva, portanto isto vai sobrar tudo para as autarquias e para os cidadãos porque é com os vossos impostos que todos nós trabalhamos e nestas matérias de gestão, pessoal, de projetos etc., etc. está devidamente enquadrada na lei e estamos a sentir algumas dificuldades.

Qual foi o modelo que entendemos contratualizar depois das reuniões preparatórias com a DEGsETE, e com as próprias direções das escolas, porque eles tinham que assumir também aqui parte destas responsabilidades, foi um modelo misto que transferiu para as direções dos agrupamentos um conjunto de matérias tem muito que ver também no nosso entender e no espirito da lei, com a gestão pública da rede, com autonomia das escolas, sobretudo também com a autonomia administrativa, financeira nem tanto porque

mesmo o dinheiro que hoje recebem via Câmara têm que entregar ao ministério e depois pedir outra vez para o utilizar, é uma coisa bizarra, eu espero que se resolva, fala-se tanto de descentralização, mas nesta lógica de centrar as politicas territorialmente e dentro do território cada agrupamento cada vez mais tem o seu projeto educativo e depois cruza-se aqui, depois, com outra questão os diretores hoje são eleitos de uma forma, no meu tempo não era assim e têm um projeto individual, para implementar que propuseram e que dizem "*ah o meu projeto é este, é desta forma etc*." eu não votei, não estive no conselho geral, já não estou desde dois mil e nove na minha escola mas isto para dizer que as coisas foram se alterando substancialmente e no que diz respeito a esta matéria em concreto o município por unanimidade entendeu que para isto se operacionalizar rapidamente e sem grandes sobressaltos que haveria de colocar nas mãos tudo aquilo que a legislação permite fique nas mãos das direções das escolas e fique então com as outras competências mais grossas, que são mesmo muito grossas e que não são de menos importância.

Obviamente, que tivemos alguns problemas com os nossos funcionários que já eram funcionários da câmara e também com funcionários que passaram entretanto para a câmara, de uma maneira geral até estão satisfeitos no que, em matéria de direitos, enfim acabam por ter aqui com a *"ACEP – Acordo Coletivo Entidade Empregadora Publica*", mais direitos do que tinham no Ministério da Educação, mas houve logo problemas porque de facto há aqui idiossincrasias pessoais de algumas pessoas da gestão, que tiveram dificuldades em interpretar aquilo que eram as regras do município e portanto eu neste processo todo julgo que dada a necessidade de implementar isto rapidamente, de cumprir a lei, de chegar ao dia vinte de abril e ter os salários dos trabalhadores que passaram para a Câmara no dia um de abril processados, ter as coisas todas organizadas, etc. etc. acho que nos faltou tempo e não previmos questões desta natureza e que devíamos, isto é uma autocritica que assumimos e que fizemos mesmo ontem no Conselho Municipal de Educação, onde ouvimos as parte, debatemos o assunto, devíamos ter comunicado mais e como dizia no inicio acho que toda a comunidade, toda a população deveria de saber o que é isto da descentralização, já há anos, para perceber se isto descentraliza alguma coisa ou não, e em quem, e como, e se os resultados serão de facto melhores.

Feita esta assunção de responsabilidades de princípio, porque acho que deveríamos de ter comunicado e falado etc. mas não antevíamos problemas, porque várias vezes reunimos com as direções das escolas, as coisas estão pacificadas até noutros agrupamentos, demos orientações para que as Sras. Diretoras e os Srs. Diretores, soubessem quais eram os nossos princípios, as regras da casa em matéria de pessoal, etc. etc. também foi nesse agrupamento que surgiram problemas, noutros as coisas não têm corrido mal, vamos na próxima semana até reunir com o nosso pessoal porque são todos nossos, vamos andar aí por vários agrupamentos e freguesias para fazer o balanço destes primeiros meses e preparar o inicio do ano letivo.

De facto fomos então surpreendidos por este desencontro que eu acho que terá muito que ver com a falta de comunicação também entre as partes, não estou a responsabilizar ninguém mas creio que o processo com mais calma, mais reflexão com possibilidade de se calhar da parte da direção da escola também ter percebido as orientações da Câmara, que era no sentido de se reconhecer, porque há mudanças, mas quando se reconhece na prática daquilo que existe já no território, se faz o diagnostico da situação devesse considerar aquilo que tem continuidade e devesse sobretudo apoiar as parecerias já existentes, é essa a filosofia de atuação da Câmara, sempre foi, se não, não tinha procurado as associações de pais como parceiros, as coletividades e outros organismos como parceiros em vários projetos estratégicos para o nosso município, trabalhamos á muito tempo em parcerias.

Mas de facto, neste agrupamento as coisas não correram como estaríamos à espera, é que fosse considerado o trabalho que as associações foram fazendo mesmo que tivesse que ter alguma afinação porque também nos parece e isto também vos devo dizer com toda a transparência que há um conjunto de matérias que são essencialmente de natureza pedagógica, que tem que ter um envolvimento da direção da escola, mas também sei que da parte das Associações de Pais nunca houve recusa em integrar e em responder e portanto, nós, até quando a Sra. Vereadora, procurou nalgumas reuniões percebendo até as primeiras reações, mediar e dizer um pouco qual era a orientação da Câmara com a competência delegada, houve de facto da outra parte, uma reação que foi "*Eu tenho as competências delegadas, cumpro os normativos legais",* isto foi a resposta que nos foi dada e portanto vou implementar o projeto que considero que é melhor para a comunidade educativa. Não trouxemos nada daquela reunião, foi uma coisa assim" estou *a tratar dos assuntos, está-me delegado*, etc. etc."

Bom a Câmara obviamente os órgãos onde tiver assento tal como as associações de pais terão depois direito também a prenunciar-se sobre a matéria, estou aqui a fazer o histórico, para vos dizer que de facto fomos todos surpreendidos, ninguém estimava que pudesse acontecer um desencontro desta natureza não me vou prenunciar sobre as vicissitudes do processo em matéria se a direção da escola fez ou não fez o que tinha que fazer, se ouviu, se apreciou os projetos, se levou aos órgãos certos etc. etc. Nós também ouvimos ontem a versão do Conselho Municipal de Educação, tomamos conhecimento, apelamos ao diálogo, ao contacto, esclarecemos o Conselho Geral mesmo hoje para que não houvesse duvidas dissemos se for necessário parecer jurídico também vos dizemos, o Conselho Geral já não vai decidir nada, deve naturalmente debater o assunto e também afirmo aqui, aquilo que disse ontem no Conselho Municipal de Educação, se a experiencia efetivamente for má sucedida no final do ano letivo o município há de refletir sobre o assunto e pode eventualmente alterar a delegação de competências e voltar a avocar algumas regras, mas trabalhar com quem entender e aí a responsabilidade é do Presidente da Câmara, naturalmente nas competências delegadas.

Minha senhora, a questão é que nós, estamos num estado de direito as coisas têm leis, as coisas foram feitas como tem que ser feitas eu posso não gostar das leis, mas sou obrigado a cumpri-las, mas por isso cumpri e entendi que tínhamos que iniciar o processo de transferência contra o meu gosto. Acabei de dizer no início que as questões não estão resolvidas eu estive o dia todo em Lisboa com a Sra. Vereadora a discutir questões desta natureza, o assunto não está encerrado da parte do Governo está em andamento com a Associação Nacional dos Municípios isto vai sendo melhorado etc. etc. isto é já os amargos de boca, nós estamos preocupados com outros e surgiu-nos este agora aqui. Agora o que nós temos é que ter depois a coragem de fazer a avaliação e de tomarmos as decisões que tivermos que tomar, nós não vamos revogar a decisão e avocar as competências agora, nós temos para a semana uma reunião da Comissão de Acompanhamento e Monitorização da Descentralização, que é o fórum onde vamos debater, estas e outras matérias com a DEGsETE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, questões que são chamadas à atenção pelos diretores e que são delegação de competências da DEGsETE, a Câmara não tem tutela sobre os professores há Câmaras que querem ter, esta não tem, e nem quer ter, dada a natureza pedagógica e administrativa das escolas, a Câmara tem que dar condições para que as escolas funcionem melhor, tem que repara-las, vai ter que fazer escolas novas, vai ter que fazer tudo aquilo que o ministério nunca conseguiu fazer.

Agora o principio deste (gravação não audível) foi correto, isto é, aquilo que existe na generalidade das autarquias do país a esmagadora maioria, tem este modelo mais peculiarizado a experiência tem que ser avaliada e se correr muito mal obviamente nós estamos disponíveis para refletir politicamente sobre as competências que devem estar ou não, subdelegadas nos agrupamentos e direções das escolas. Volto a dizer, há depois, aí outras questões que não me compete a mim também esclarecer, ou até apresentar os argumentos da outra parte relativamente a questões de contratação de pessoal, trabalho precário porque isso também á vínculos precários nos processos que tem sido desenvolvido por várias entidades que mediaram este processo ao longo de anos, isso faz parte da vida é possível ser feito assim, foi feito assim, apenas me cabe dizer que lamentamos que nesta matéria em concreto que o processo esteja já a revelar-se menos do agrado da comunidade, mas a comunidade educativa tem vários agentes e os agentes tem órgãos e nesses órgãos tem que fazer duas escolhas e os pais e já agora volto à sua questão do inicio as Associações de Pais para nós não são descartáveis, as Associações de Pais têm um objeto que até nem se confina a atividade que tenha assegurado com muito mérito nos últimos anos, as Associações de Pais têm direito a participar nos órgãos da escola de acordo com a legislação em vigor e para nós serão sempre parceiros para os projetos que queiram implementar, mesmo sem terem a gestão da escola a tempo inteiro a outro tipo de projetos socio educativos, poderão trabalhar com o município e terem os apoios como tem outras entidades e portanto gostaria também de vos dar aqui esta nota de não terem esse desanimo porque a presença dos pais nas escolas é indispensável, para nós é indispensável, e têm sempre muitas áreas onde podem intervir para melhorar todas as condições de ensino/aprendizagem.

Queria só uma nota Sr. Presidente, esta questão das ameaças a funcionárias naturalmente preocupa-me porque quer as assistentes operacionais, quer as assistentes técnicas, são desde o dia um de abril funcionárias do município, também há competências delegadas na gestão de pessoal nas direções das escolas mas as questões do poder disciplinar e outras continuam com a Câmara Municipal e os nossos funcionários/as têm uma linha aberta de comunicação com a nossa Divisão de Recursos Humanos, com a Divisão de

Educação e até com o Presidente da Câmara onde presencialmente vão ter oportunidade de falar connosco, um ciclo de dinheiros que iremos fazer, agora no início de julho já para fazer a avaliação do processo.

A questão da escolha da gestão, quem fica neste equipamento e outros, são matérias de natureza pedagógica, nós relativamente às nossas funcionarias também há aquela ideia de que, são assistentes operacionais têm que ir para onde fizerem falta, mas de facto nós também demos indicação às escolas que as assistentes operacionais têm formação em Educação Especial, fomos nós que lhes demos não foi o Ministério da Educação que lhes deu, e têm tido formações especificas em Educação de Infância obviamente que não devem se ser colocados numa escola de 2º ou 3º Ciclo a acolher os alunos e a limpar as salas, são pessoas que têm uma formação especifica e devem ser colocadas nos Jardim de Infância, mas todos os anos à rotatividade de funcionários de Jardim de Infância já no tempo da Câmara, é só para dizer que estamos atentos também a estas matérias mas que há aqui um plano de intervenção municipal e a outro plano de intervenção de gestão que está delegada nas escolas e consideramos que é o modelo que tem funcionado de uma forma geral até antes da descentralização já havia experiências no país de descentralização e grande parte delas tinha também esta partilha.

O apelo que fazemos, é que, percebendo que o processo já está numa fase demasiado adiantado ainda para uma revisão e reflecção, é de continuar a haver diálogo franco e nós temos a consciência tranquila no que diz respeito às orientações que temos, sabendo que as nossas orientações são conceitos e sentimentos acerca da avaliação que nós fazemos do trabalho que desenvolveram ao longo dos anos, porque também não temos nós a competência, nem temos o direito de intervir até na apreciação dos programas que são apresentados, eu sei que a Associação de Pais apresentou e fez-nos chegar um projeto de trabalho, temos direito à nossa opinião, mas não somos nós os decisores nessa matéria.

Quanto à falta de transparência do processo há que fazer prova disso, e falar com os órgãos respetivos da escola, para que possam clarificar da legitimidade das decisões que foram tomadas e lamentamos este assunto.

Sr. Presidente, não sei se pretende que eu responda já de seguida as outras questões?

A Sra. Ana Teresa Vicente da CDU, iniciou os trabalhos pelas 21:32 horas.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sim, sim, se faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não retive o nome do jovem estudante?

Posso trata-lo por Artur?

Artur, essa é uma matéria que vamos depois, ter aqui a oportunidade de discutir e de aprovar o regulamento, mas posso dizer-lhe já, para que fique esclarecido que é possível acumular as duas bolsas desde que elas não ultrapassem um determinado limite, porque pode ter direito a duas bolsas, aliás a bolsa da Câmara às vezes só paga a diferença para aquela que obteve não chegar a um determinado valor, por isso é que a bolsa nalguns casos não têm valor máximo limite, também tem que ver com o limite de capitações é uma bolsa que visa sobretudo descriminar positivamente quem tem menores condições socio económicas e portanto essa correção foi introduzida, não foi?"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Peço desculpa, uma intervenção só, Dra. Fernanda Rôlo."

A **Sra. Fernanda Rôlo:**

"Já vinha do outro regulamento (gravação não audível, não falou para o micro)."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pronto, o que se pretende dizer é que até não é uma coisa que foi introduzida agora, já vinha do anterior regulamento, a questão está respondida depois é uma questão de interpretação das alíneas e depois há outras alíneas que esclarecem como isso é feito, mas nós vamos ter oportunidade de ver isso daqui a pouco.

Sobre a questão trazida pelo Sr. Rui Rocha, é preciso fazermos aqui um enquadramento da situação os senhores estão numa zona que surgiu no nosso Plano Diretor Municipal como zona de emparcelamento rural e veio depois a ficar deserta longos anos por um Plano de Pormenor não propriamente por um loteamento, porque quem lida com aqueles terrenos o que devia de ter feito era um loteamento.

A zona está com possibilidade de ser servida por esgotos e que tem que ver com a existência ou não dos emissários de esgotos da SIMARSUL, os esgotos não vão para baixo da terra, terão que ir para algum sitio e, portanto, o que é que está previsto ali, quando as Marquesas IV que é uma Augi – Área Urbana de Génese Ilegal que está ali encostado por exemplo a uma das ruas que vai desembocar à estrada dos Quatro Castelos e vai dar ao Colégio Islâmico, concluir a sua operação de loteamento porque é obrigatório e depois colocar os esgotos, veremos se com um novo emissário se é possível prolongar a rede pelos arruamentos adjacentes isso tem naturalmente estudos técnicos.

A obra está a ser feita é uma obra que tem a ver com mobilidade, mas porque também ali, porque não houve loteamento ou emparcelamento dito rural, quem o fez praticamente deu cabo de todas as linhas de águas existentes, a solução que está ali a ser feita é a solução que os nossos técnicos, consultores externos, encontraram uma solução de engenharia baseada em poços de infiltração para as águas pluviais não se acumularem nem terem infiltração no subsolo e portanto não é um sistema de coletagem como há noutros sítios, mas eles vão dar uns poços de infiltração, mas é só para lhe dizer que não é possível neste momento ao longo da estrada dos Quatro Castelos a não ser no troço final que já tem a partir de uma bomba de gasolina e uns armazéns mais próximos da rotunda que nós designamos como a rotunda da Makro, que também vai funcionar como bacia de retenção de pluviais, há aí uma zona que leva esgotos e há outra zona mas isso é na estrada de Vila Amélia depois entra para a rua do Banco Alimentar essa sim vai dar a um emissário da Simarsul. Nós estudamos logo como deve de calcular, estudamos logo se era possível também meter uma obra de saneamento dessa natureza, mas não havendo condições técnicas, nem estações elevatórias, nem sitio para entrega ali próximo, porque o sitio para entrega que existe, está quase por trás do condomínio de Vila Amélia o arruamento não é possível estruturar e vai demorar certamente mais uns anos até a Augi desenvolver, vai ter que ser a Augi a investir nisso, e depois a parte pública vai ter que ser feita pelo município e portanto o que é que está a acontecer, pluviais através de poços de absorção vão à bacia de retenção, a pavimentação e a ciclovia, se tivermos que partir tem que ser e já agora não é por ser uma obra com Fundos Comunitários, tivemos o mérito de conseguir esse cofinanciamento é uma obra também com o dinheiro de nós todos do município, porque é uma via estruturante, muito importante para quem ali vive, e para quem ali trabalha, e para quem ali circula…"

O **Sr. Rui Rocha:**

"Posso dizer alguma coisa ou não?"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Só uma nota de roda pé meu amigo, mas tem que ser ao microfone, tem que ficar gravado."

O **Sr. Rui Rocha:**

"É muito simples, o que o Sr. Presidente disse e é bem verdade (gravação não audível) já que se está a gastar, penso que não seria difícil preparar já as coisas, visto que estão a fazer a bacia cá em baixo, vai ficar

ali na rotunda há um poço onde vai escoar a água, a água não vai ficar cá em cima, vai ficar lá em baixo nós vamos ficar ali com o mesmo problema."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Já percebemos, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É mais complexo tecnicamente do que possa calcular."

Período de Antes da Ordem do Dia

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, terminamos este período do público, vamos para o período antes da ordem do dia, chegaram-me duas saudações do Partido Socialista, uma moção da CDU e uma moção do PPD/PSD.

São vinte e uma e quarenta, coloco à vossa consideração uma leitura já que todos têm as respetivas saudações e moções uma leitura rápida e em função dos serviços que fizeram chegar na entrada na mesa das respetivas propostas a primeira é a saudação do Partido Socialista."

Saudação PS "*Paula Machado Oliveira*"

Tomou a palavra o **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Vamos cingir ao que temos na frente, a saudação que temos na frente, os dois acrescentes veremos, vamos votar essencialmente o que temos na frente porque o que teriam que ter feito entre todos os dois acrescentos, peço desculpa, não é agora que o faremos.

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Sr. Presidente da Assembleia é um pedido que eu estou a fazer à Assembleia, se a Assembleia entender aceitar este pedido eu agradecia."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Vamos colocar isso à consideração.

Mas o que temos numa primeira fase objetivamente é a moção que todos têm, certo?

Alguma intervenção sobre esta saudação?

Alguém se opõe que os dois parágrafos que, o Jorge Mares aqui preferiu sejam integrados na proposta e enviado a todos os grupos?

Não?

Vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"A segunda proposta é a moção da CDU."

Moção CDU "*Avançar – Por mais e melhores Transportes*"

Tomou a palavra a **Sra. Andreia Sofia Dias Bento** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada Andreia Bento.

Sobre esta moção quem quer intervir?

Carlos Vitorino PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito boa noite a todos, Sr. Presidente de Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, restante público, comunicação social e funcionários da autarquia.

O PSD votará favoravelmente a moção, mas lembrando que somos da opinião que poderíamos ir um pouco mais além, ou seja, a Transportes Metropolitanos de Lisboa é uma entidade gestora pública dependente da Área Metropolitana de Lisboa, é dependente de todas as autarquias que compõem a Área Metropolitana de Lisboa onde também nos integramos e todas as outras. Nós sabemos o caos que foi, autocarros que não apareceram, pessoas que não foram trabalhar, e o tempo que demorou a regularizar eu tenho pessoas conhecidas no Seixal que entraram em pânico e que tiveram que levar o carro e apanhar o comboio da Fertagus porque tiveram algum receio de apanhar os transportes.

Nós dentro das nossas competências da Assembleia Municipal, temos a possibilidade de cometer também aqui, na Assembleia, de prestar contas de acordo com o nosso regimento na própria Área Metropolitana de Lisboa, e eu acho que se calhar era um passo que também poderíamos começar já a pensar, está previsto no regimento, está previsto na legislação, e saber enquanto Entidade Metropolitana o que é que está a ser feito, ou seja, eu concordo com o que está aqui dito sobre as operadoras, mas a responsabilidade politica é de quem gere a empresa.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**
"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção sobre esta moção?

Eu sobre o que o Carlos Vitorino disse não tenho nada a obstar e podemos eventualmente fazê-lo se tivermos que discutir isso posteriormente, recordo, no entanto, que fomos todos convidados para uma reunião em que dos quais esteve presente a Área Metropolitana de Lisboa, em que esteve presente a empresa que está aqui mencionada "*ALSA Todi* ", e em que estiveram presentes os técnicos no Cine Teatro São João, em meados do

mês de maio, não sei precisar o dia e na altura, embora tenhamos colocado algumas questões nomeadamente sobre o funcionamento aquilo que ali foi transparente, foi que estava tudo mais parametrizado para que se avançasse, para que corresse lindamente inclusivamente eu recordo-me dos tais pilaretes que dizem quantos minutos faltam, quando se perguntou isso quase que fomos olhados como se tivéssemos feito a pergunta mais descabida e portanto há aqui alguns aspetos (gravação não audível) se amanhã o júri quando este pacote seguinte avançar e não houver tantas bonificações veremos na sessão de setembro pensar.

Muito bem, votamos se faz favor a moção da CDU."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**
"Voltamos ao Partido Socialista, Patricia caixinha se faz favor."

Moção PS "*Anulação do Direito Constitucional à IVG é um retrocesso civilizacional*"

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado Patricia Caixinha.

Quem se quer prenunciar sobre esta matéria?

Ninguém? Votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Saudação do PSD.

Colin Marques."

Saudação PPD/PSD "*82º aniversário do Quintajense Futebol Clube*"

Tomou a palavra o **Sr. Colin Michael Mateus Marques** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Colin Marques.

Sobre esta saudação alguma intervenção das bancadas?

Ricardo Marques, Partido Socialista, se faz favor."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todas e todos os presentes nesta Assembleia.

Queria só referir que a Bancada do Partido Socialista decidiu juntar-se a esta saudação e também manifestar que poderemos sempre juntar esta saudação como uma saudação da Assembleia Municipal se as outras forças politicas também seguirem o sentido da nossa bancada.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

O procedimento é eventualmente esse, independente da bancada que apresenta. (gravação não audível)

Mais alguma intervenção? Votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Continuamos no período Antes da Ordem do Dia, para a intervenção dos Srs. membros da Assembleia Municipal, não vos querendo pressionar são dez horas.

Paulo Santos Partido Socialista, se faz favor."

O **Sr. Paulo Santos do PS:**

"Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. membros da Assembleia e mais presentes.

Eu quero aqui falar é sobre uma informação que recebemos do Rancho Folclórico do Poceirão, de referir que no dia dois de julho celebrará o seu 51º Aniversário e gostaria de realizar um espetáculo na Feira Agrícola de Poceirão e até tinha sido convidado pela Câmara Municipal de Palmela para o efeito.

Contudo referiu também que não foi disponibilizado um palco, pois teriam que realizar as danças no chão, no alcatrão e o que seria disponibilizado para o efeito seria (gravação não audível) mais referiram que nessa medida não poderão aceitar estas sugestões de se dançar no chão pelas dezassete horas, em virtude do calor que normalmente nessa altura se faz sentir e até porque têm crianças que integram o grupo e que seria muito penoso para as mesmas.

Referiram então e manifestaram a sua tristeza e indignação da indisponibilidade de lhes ser facultado um palco para dançar pois queriam efetuar a sua prestação no alcatrão também seria muito penoso tendo em conta que vários elementos que compõem o rancho e pela sua história que as várias danças contam bem como as suas tradições de quererem dançar descalços, para além de tudo isso sendo o rancho mais antigo do concelho, passou a relevância cultural e tem levado o nome do concelho a todos os cantos do país e tem sido

muito premiado e sendo o dia do seu aniversário, sentem que não foram tratados com a dignidade que merecem.

Foi o que nos transmitiram."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tânia Ramos Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite a todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento todos os que estão aqui nesta sala e também quem nos acompanha através dos serviços streaming.

Eu trago aqui algumas questões, antes de mais gostaria de reforçar uma situação do Parque Ari dos Santos, que precisa mesmo de uma intervenção as madeiras deviam ser substituídas, só quem lá foi com as crianças ou quem lá passou é que tem a noção do grau de degradação que aquele parque tem, aquele parque não tem condições nem sequer para estar aberto, se nós tentarmos subir as escadas para o escorrega aquilo é um autentico atentado a segurança das crianças e com certeza que sabem do que é que eu estou a falar aqui, eu tenho um vídeo aqui no telemóvel, tenho imagens que se for preciso mostrar, enfim, não é um parque de facto para estar aberto e quanto há disponibilidade um sitio para levarmos as nossas crianças usufruir.

A Assembleia Municipal recebeu um e-mail sobre um assunto do qual identifico, uma senhora chamada Maria Isabel da Conceição Jorge Mateus, teve ao que tudo indica e pelo o que relatou no email e no oficio enviado à Câmara Municipal de Palmela, teve um acidente na via publica porque tropeçou numa raiz que estava no passeio, a senhora foi assistida no Hospital de São Bernardo, a senhora fez uma fratura, teve uma serie de problemas e enviou um oficio a três de junho à Camara a dar conhecimento do acidente, o acidente tinha sido por causa de uma raiz, a vinte e quatro de junho não obtendo resposta ainda e como tal encaminhou essa informação para a Assembleia Municipal e para os membros da Assembleia Municipal e como tal gostaria desta forma tentar perceber através do Sr. Presidente como é que esta situação está e todos os membros da Assembleia receberam o oficio.

Depois, porque é um assunto que o Bloco de Esquerda vinha trazer e agradeço desde já à Senhora Renata Martins por ter vindo e a todos os outros que vieram para testemunhar a situação que passaram e bastante desagradável, eu já trazia esta situação comigo da José Maria dos Santos em Pinhal Novo, enfim trazia aqui uma serie de afirmações, mas que já foram ditas aqui, já foram bastante explicadas, mas aquilo que gostaria de dizer e que ficasse aqui bem claro é que, aquilo que o município fez e na pessoa do Sr. Presidente foi um total ato de desresponsabilização, quando o Sr. Presidente e o seu executivo decidem por unanimidade entregar nas mãos da Direção das Escolas, estas tomadas de decisões tão importantes, por acharem que não ia acontecer nada disto, ou revela amadorismo ou impreparação, uma coisa ou outra, mas o que revela mesmo é desresponsabilização e o que estão a dizer agora ao dizerem que "Bom temos um ano à experiência e se correr muito mal…", eu gostaria que os senhores que fazem parte deste executivo durante o ano que se corresse muito mal, tivessem de aceitar para continuarem a trabalhar menos trinta por cento do vosso salário, porque foi isto que foi proposto, foi isto que vieram dizer. Isto não é uma má experiência? Não é uma má experiência ter um filho com autismo ou com necessidades especiais e sujeita-lo a uma rotatividade porque foi uma má experiência, ou vamos ver se revela uma má experiência.

De facto, deixem-me dizer-vos que estou espantadíssima, perplexa com aquilo que foi dada com aquilo que foi dada como justificação para continuar com esta delegação, para continuar com o assunto desta forma e o Bloco de Esquerda na minha pessoa, está totalmente ao lado de quem aqui veio, da comunidade escolar, dos pais, dos professores, das associações de pais que têm feito um trabalho que o Sr. Presidente referiu logo desde o inicio um trabalho que era bem feito e que era acordado e tinha demonstrado bons frutos para agora passarem um atestado a estas pessoas que sempre se disponibilizaram para a par com o executivo tentar trazer melhores condições às crianças e a toda a comunidade escolar.

Disse Sr. Presidente, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Tânia Ramos.

Um esclarecimento, o procedimento do Presidente da Assembleia Municipal é sempre o mesmo em todas as circunstancias que lhe são dirigidos quer convites, quer ofícios, quer e-mail, à uma orientação que depois de eu receber enviado pela Ana Paula, eu digo distribua-se junto de todos os líderes de bancada e é isso que é feito e a Ana Paula que ainda era nove da noite sexta feira me estava a enviar e-mails e eu estava-lhe a responder procedemos da mesma forma com este caso de tropeção na raiz como qualquer outo, aliás à aqui uma circunstancia que tem a ver com o e-mail do Joaquim Pires, que não existe e portanto há aqui uma relação próxima de papeis por assim dizer, mas é uma questão que a bancada terá que resolver se entender que deve resolver, mas todos os documentos que são dirigidos para mim e que são inclusivamente convites há pouco tempo recebi um convite que era alargado a todos os membros da Assembleia Municipal, enviei aos líderes e espero que os líderes façam depois o seu papel, é mais simples para nós funcionarmos assim do que estarmos a funcionar pessoa a pessoa.

O tratamento com todas as bancadas é exatamente o mesmo e tem sido assim desde o início com o apoio na medida do possível da Ana Paula.

Carlos Valente se faz favor."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, permita-me que cumprimente todos os presentes na sua pessoa que é para ser mais rápido.

Em primeiro lugar o MCCP quer saudar a Freguesia da Marateca, por mais um aniversário que celebrou ontem dia vinte e nove de junho, queremos também saudar a Sociedade de Instrução Musical da Quinta do Anjo pelo seu centésimo primeiro aniversário, que se realizou no dia vinte e quatro de junho.

Gostaríamos de interpolar o Sr. Presidente relativamente a alguns temas. O concelho de Palmela tem quatrocentos e sessenta quilómetros quadrados e tem algumas centenas de quilómetros de caminhos rurais, desde a União de Freguesia Poceirão/Marateca até à Freguesia de Quinta do Anjo, o número de resíduos acumulados junto às estradas e que o mesmo concelho tem vindo a aumentar de dia para dia é preciso aumentar o número de fiscais, reforçar os meios de forma a aumentar a recolha destes resíduos. No entanto entende o MCCP que estas serão sempre ações corretivas e não preventivas, pelo que não serão suficientes.

Queremos realçar que é fundamental uma grande ação de sensibilização higiossanitario que é fundamental uma grande ação de sensibilização higiossanitario que abranja vários públicos-alvo com a duração mínima de três a quatro anos. Esta ação não poderá limitar-se a meia dúzia de outdoors espalhados pelo território, tem que ser uma ação estrutural, planeada por especialistas em sociologia e ambiente e que possuam um fio condutor desde a definição à implementação de ações eficazes que permitam medir a sua eficácia através de criação de indicadores de desempenho claros e objetivos. Enquanto não se avançar de forma integrada vamos continuar a ter uma imagem degradante do nosso concelho.

Gostaríamos também de informar o Sr. Presidente de duas zonas ajardinadas que deveriam ser verdes, nomeadamente na Vila Serena no Pinhal Novo e na zona envolvente do espaço de recreio Firmino Camolas, a relva da zona habitacional de Vila Serena completamente queimada por falta de rega e os jardins envolventes ao espaço Firmino Camolas, maltratados, sem manutenção, zonas que eram de relva hoje estão secas por falta de água foram invadidas por erva daninha. Por ventura poderemos sugerir a implementação de zonas verdes praticamente não necessitam de água e são resistentes à seca, conhecidas por plantas xerófitas e consequentemente são mais amigas do ambiente.

A responsabilidade de manutenção destes espaços, antecipando um bocadinho aqui a resposta, não é apenas das empresas subcontratadas a subcontratação é uma espécie de delegação de responsabilidades, mas quem

delega e quem subcontrata tem a obrigação de fazer cumprir, é também da Câmara Municipal e por isso é importante que todas as partes façam o seu trabalho nomeadamente com a fiscalização do trabalho dessas empresas de forma eficaz. Infelizmente esta degradação estende-se a outras zonas do concelho.

Para concluir existe uma empresa que foi criada em setembro de dois mil e três a "*Bloom Consulting*", que se dedica de forma especializada ao "*Place Branding*", que é uma estratégia para projetar imagem e gerir perceções sobre lugares e ao "placemaking" que se baseia na ideia de que bares, ruas, parques ou praças de uma localidade devem de ser projetados pensando nas pessoas que iram utiliza-los.

Desde dois mil e catorze esta empresa lança anualmente o "Portugal City Brand Ranking", recorrendo a um algoritmo proprietário testado e utilizado em estudos da "*Bloom Consulting*" um pouco por todo o mundo. Este é um estudo diferenciado uma vez que não tem qualquer variável qualitativa de opinião focando-se exclusivamente em dar dados fidedignos que classificam o desempenho da marca dos trezentos e oito munícipes portugueses de forma tangível e realista.

Em junho de dois mil e vinte e dois, este mês, esta empresa publicou mais um estudo que considera três variáveis a qualidade de vida, os negócios, investimentos e o que visitar turistas internos e externos, este estudo inclui os trezentos e oito municípios de Portugal e Palmela a nível nacional encontra-se na posição número sessenta e três.

No âmbito dos dezoito municípios da "*AML- Área Metropolitana de Lisboa"* Palmela ocupa do décimo quinto lugar, ficando apenas à frente de Vila Franca de Xira, décimo sento, Moita décimo sétimo e Alcochete décimo oitavo. De acordo com os Censos de dois mil e vinte e um, Palmela foi o segundo município que teve um maior aumento populacional, nove virgula seis na" *AML - Área Metropolitana de Lisboa*", sendo o primeiro Mafra com doze virgula oito, este de facto tem sido aproveitado diríamos nós de forma erronia pelo Sr. Presidente para afirmar que as pessoas escolheram Palmela pela sua qualidade de vida, infelizmente não é verdade, escolheram Palmela devido ao preço por metro quadrado da habitação ser menos elevado e naturalmente pela localização central na Península de Setúbal e próxima de Lisboa.

Quando se fala nos péssimos tempos de resposta do urbanismo relativamente às solicitações dos investidores quando anteriormente mencionamos a má imagem dos nossos espaços verdes ou das lixeiras espalhadas pelo território, quando variadas vezes salientamos da necessidade de melhorar a imagem urbana das nossas entradas no concelho, tudo isto contribuiu para os maus resultados conseguidos neste estudo nacional.

Entendemos que devemos refletir e agir com a máxima urgência, pois já se perdeu tempo demais, só para contextualizar em dois mil e catorze, Palmela estava na posição cinquenta e oito baixou cinco posições até hoje na AML- Área Metropolitana de Lisboa estava em decimo primeiro agora está em décimo quinto nos negócios, no visitar estava em nono, está em décimo sexto e no viver estava em décimo sétimo e agora está em décimo sexto e, portanto, diz tudo o que queremos chamar a atenção.

Por último queria felicitar o Sr. Presidente pela correção feita no site da Câmara Municipal de Palmela, relativo ao programa de trabalho como eu tinha mencionado na última Assembleia, era o programa eleitoral da CDU que neste momento já é um programa de trabalho da Câmara Municipal de Palmela, o que agradecemos muito esta correção.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Valente.

Carlos Vitorino PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito obrigado.

Em primeiro lugar ia aqui a um tema que me deixou preocupado que foi aqui trazido pelos representantes das associações de pais e sobre o qual a Tânia Ramos já se prenunciou. Eu percebi aquela explicação inicial do Sr. Presidente quando falou na questão da delegação de competências até para evitar acusações de alguns locais que são um pouco ao contrario, em que é a Câmara que quer tomar conta de tudo, e mais alguma coisa, e por vezes noutras autarquias verifica-se o oposto essa parte eu percebi e aceito tal como aceito a bondade de ao ser levado a reunião de Câmara a questão até ter sido a delegação aprovada também por unanimidade, essa parte eu aceito agora, a minha pergunta juridicamente e objetivamente é, a Câmara Municipal de Palmela neste caso concreto tem ou não a possibilidade legal de revogar as competências que lá temos em junho? Ainda estamos a dois meses e meio do inicio do ano letivo, tem ou não essa possibilidade porque aquilo que eu ouvi aqui, para além daquilo que foi transmitido pelas representantes e que tem alguma gravidade é transmitido por uma das partes, aquilo que ouvi da boca do Sr. Presidente foi muito mais grave, foi quando confrontada a direção da escola pela própria autarquia sobre a situação ouviu quase como resposta, eu quero, posso e mando e a minha dúvida é então com uma postura destas com situações gravíssimas que não vou estar a repetir porque já foram aqui faladas que podem ocorrer até pela mãe, a Câmara pode ou não pode revogar, a Câmara pode ou não pode agir se não estamos quase perante o livro do Gabriel Garcías Marquez "A Crónica de uma Morte Anunciada", ou seja todos achamos que isto vai correr mal, todos temos a sensação que vai correr mal, mas vamos deixar correr e só depois é que vamos agir, esta era a questão concreta relativamente a este tema, a Câmara pode ou não pode agir? E se poder quer ou não quer agir? E era isto que eu gostava de ver esclarecido.

Depois tenho aqui mais dois ou três temas mais do âmbito local, um deles que presenciei a pouco quando estava a vir para as fotografias um acidente na estrada da Moita no cruzamento da estrada de Pinhal Novo para a Quinta do Anjo, um acidente com alguma gravidade quando lá cheguei estava lá os Bombeiros de Palmela, estava lá o INEM, não estava lá a GNR e curiosamente depois no percurso todo até Palmela não me cruzei com nenhuma patrulha poderiam ter vindo de outro lado mas a verdade é que não estava lá ninguém e a informação que recebi que não é fidedigna é que os semáforos já se encontrariam em situação de intermitente há bastante tempo, saber se à alguma informação sobre isto ou se o intermitente foi derivado do acidente também pode às vezes ter acontecido, mas aquilo que me transmitiram é que já se encontraria nessa situação.

Tenho mais duas questões referentes a Pinhal Novo e também em questões rodoviárias uma é com a deslocalização e a abertura da farmácia que neste momento se encontra na Praça da Independência cada vez à mais viaturas mal estacionadas dos dois lados da artéria causando constrangimentos, é evidente que as pessoas dizem que poderia haver alternativa, mas a alternativa infelizmente o Mercado Municipal como aliás eu já nesta casa à muitos, muitos anos tinha dito é hoje utilizado para deixar os carros das pessoas que vão hoje para o comboio porque o estacionamento que foi feito na Estação da Fertagus é amplamente deficiente, a verdade é que ali estamos agora com esta situação de viaturas mal estacionadas, soluções? À aquela solução dos pilaretes, mas eu estaria a pensar se haveria a possibilidade de nos estacionamentos em frente poderem haver ali dois, três lugares com uma questão de rotatividade para o acesso à farmácia isto seria uma sugestão para tentar evitarmos aqueles constrangimentos o Sr. Presidente depois vai-me dizer "ah isto é a fiscalização" também é verdade é falta de às vezes as pessoas andarem mais um bocadinho, mas no Bairro Posser de Andrade já é difícil também de estacionar porque as pessoas também já estão a deixar também lá as viaturas para irem precisamente apanhar o comboio.

Outra questão tem a ver com a Avenida dos Ferroviários, foi colocado um novo tapete é um tapete novo e evidentemente que infelizmente a consciência ou a falta de consciência de alguns condutores potencia que a Avenida dos Ferroviários nalguns troços pareça a auto-estrada dos Ferroviários e de facto se não haveria aqui a possibilidade de se estudar a colocação de semáforos limitadores de velocidade e já agora também na Avenidas dos Ferroviários uma outra questão que a Câmara tem acompanhado mas que neste momento já está outra vez a acontecer aquela faixa central para estar bonita de facto está, os arbustos já estão outra vez a crescer e alguns locais a começar a tapar a visibilidade para as passadeiras, convinha também ter aí algum cuidado porque as viaturas aproximam-se quem está na faixa central não vê muitas vezes os peões.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Patricia Caixinha Partido Socialista."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente.

O que trago não é bem uma questão, mas é mais uma sugestão. Isto tem a ver com um acontecimento que se realizou no passado dia oito do mês de junho em que foram destacadas as autarquias que com práticas inovadoras revelaram o que melhor faziam pelos seus munícipes e fregueses.

A terceira edição do prémio "Autarquia do Ano" by Lisbon Awards Group, premiou este ano quarenta projetos em onze categorias e oitenta subcategorias como, apoio social, democracia, igualdade e participação cívica, cultura e património, desporto e vida saudável, ecologia e cuidados dos animais, economia, educação, segurança, saúde e proteção civil, turismo, urbanismo e espaços verdes. Já por diversas vezes nesta Assembleia Municipal se fez referência aos rankings das autarquias e como Palmela está sempre bem cotada contudo ao vermos a lista dos vencedores até com alguma nostalgia que não encontramos nem a Câmara Municipal de Palmela nem nenhuma das suas freguesias, desconhecendo-se se existiu algum impedimento para a participação neste prémio, consideramos que seria bom para Palmela a candidatura para projetos em categorias que como muito bem sabemos tem condições e recursos naturais e humanos, mais do que suficientes quer para participar quer para vencer até porque como foi dado a conhecer recentemente o Museu Municipal de Palmela foi distinguido com o projeto "No Meu Tempo" onde conciliava a cultura ferroviária da região com o combate ao isolamento e a promoção do envelhecimento ativo numa terra onde a cultura e o património são assim claramente uma riqueza natural e onde o turismo deverá ser sem duvida o nosso cartão de visita, gostaríamos de desafiar o executivo da autarquia e das Juntas de Freguesia para na próxima edição deste prémio o município de Palmela apresentar candidaturas com projetos de qualidade e marcar a sua posição com inovação em áreas onde o seu "ADN" territorial tem claramente uma vantagem assegurada.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Vamos agora aqui fazer uma gestão em função da entrada do pedido da Cristina Moura, para não falar a seguir ao Carlos Almeida, se calhar fala já o Carlos Almeida."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito boa noite, muito obrigado Sr. Presidente, cumprimento em si a mesa da Assembleia Municipal e todos os seus membros, Sr. Presidente da Câmara permita-me cumprimente em si também os Srs. Vereadores, cumprimentos aos funcionários municipais, cumprimentos a todos aqueles nossos munícipes de forma presencial e igualmente também no recanto do seu lar ou noutra situação qualquer online procura o exercício da democracia no concelho de Palmela.

A intervenção que aqui fazemos tem a ver com a satisfação que colaboramos, que o Sr. Presidente aqui manifestou que nos dá a circunstância dos fregueses de Pinhal Novo e simultaneamente munícipes de Palmela aqui estarem aqui no órgão do Poder Local trazer aquilo que são as razões que lhes assistem e que consideram adequadas transmitir aos órgãos autárquicos para que as ponderem, as analisem e lhes possam também dar alguma resposta se é caso disso.

Sem querer repetir aqui um conjunto de circunstâncias que já foram trazidas para cima da mesa ainda assim permitam-me que imita aqui um juízo que procure que tenha alguma razoabilidade de sentido sobre todas estas matérias.

A primeira conclusão que acho importante que tiremos é que de facto já aqui foi mencionado a ideia da Escola a Tempo Inteiro, é uma escola com anos, com décadas e que tem a ver com momento, com um estágio superior em que a sociedade portuguesa entende que deve de haver condições quer para as crianças e jovens com vantagem, quer para os encarregados de educação e para os pais haja tranquilidade relativamente a um conjunto de domínios que não tem a ver com a pura atividade letiva, mas tem a ver com um conjunto de atividades circundantes que são tão enriquecedoras e com estruturas da personalidade do ser humano como aquelas meramente letivas passadas na tradicional rotina de uma sala de aula, estamos a falar das (AAAF) estamos a falar das (CAF), estamos a falar obviamente das (AEC) e a verdade é que a Escola a Tempo Inteiro é uma frase que tem um núcleo central e tem um aspeto acessório mas relevante, é que o núcleo central é a escola, a escola é de facto tal e qual como a concebemos o local onde é preciso com toda a comunidade educativa e de acordo com aquilo que está legalmente estabelecido definir o processo do ensino aprendizagem para que ele seja o mais compensador, o mais enriquecedor para os alunos e a verdade é que as associações de pais estando no concelho de Palmela à dezassete anos com um papel determinado importante e relevante nesta área não da escola apenas mas da escola a tempo inteiro a verdade é que as associações de pais, os pais, e os encarregados de educação estão nas escolas desde sempre se não houvesse obviamente esta circunstancia de as crianças a serem de facto as herdeiras dos progenitores que as colocam num estabelecimento de ensino e que procuram obviamente a segurança do ensino público um ensino que tem de ser de qualidade.

Assim sendo aquilo que achamos fundamental nesta circunstancia enquanto autarcas da Freguesia de Pinhal Novo a possibilidade de transmitir aos nosso fregueses quer individualmente quer do ponto de vista coletivo enquanto associações de pais é a necessidade de manter aberta permanentemente a porta do diálogo como aqui já foi dito, a porta do diálogo e da intervenção cidadã, a porta da luta democrática por aquilo que são, ideias, experiências, experiências vividas, valorizadas positivamente pela comunidade, pelo próprio município e que convém replicar eventualmente melhorar, mas obviamente tendo em conta toda a aquela experiencia que é enorme que aqui foi relatada e que vai muito para além daquilo que é o momento que nós imaginamos que ocorre numa escola com um conjunto de técnicos e técnicos em áreas cientificas bem determinadas como aqui foi dito que acompanham as nossas crianças e que contribuem para a sua felicidade.

Depois dizer que, tal e qual como o Presidente da Câmara afirmou nós, em todo o país, não foi só em Palmela, temos discutido muito pouco as implicações, as transformações com o cotidiano na nossa vida que a transferência de competências das funções sociais do Estado que delas abdica através dos Governos para os municípios.

Falamos muito em descentralização de encargos tendemos a ver estas questões do ponto de vista financeiro estamos a assistir a uma outra descentralização, a descentralização dos problemas, a descentralização das situações conflituais, a descentralização daquilo que nós pensávamos que já não era possível estar a discutir desta forma e com este calor e com esta dessintonia entre os elementos que constituem aspetos tão importantes da comunidade educativa, que tem obviamente a ver com o corpo docente e com a forma como hoje se organiza mas que tem a ver com os assistentes operacionais e administrativos e também com os pais e a própria comunidade docente.

Depois dizer-vos que esta matéria que tem que ser analisada e que tem que ser vista a vários níveis e com todos os responsáveis que de algum modo se relacionem com este processo, também não pode constituir um apetite para as questões populistas de quem já sabia do que ia acontecer e fez surpresa ou de quem de facto sabia muito bem o que é que iria acontecer, tinha a perfeita noção disso, porque se trata de uma matéria que não nasceu por "*Obra e Graça do Espirito Santo*" assim se me perdoaram a expressão mais ligeira mas que nasceu de um acordo assinado entre Rui Rio, por parte do Partido Social Democrata e António Costa, por parte do Partido Socialista que ao invés de terem investido a dado momento na descentralização, ou melhor na regionalização dos recursos do Estado, investiram sim, na transferência de problemas e de encargos para os municípios essa é uma questão central.

Aquilo que finalmente gostaríamos de dizer é que encontraram certamente aqui também o afloramento de outro principio que é vulgar acontecer nas nossas autarquias, no nosso Poder Local, é que existe por parte dos promotores, dos construtores, dos fazedores de legislação que depois vem implicar com a vida dos cidadãos e vem remir os seus direitos, duas posições absolutamente distintas aquelas que revelam na Assembleia da Republica onde com maiorias constroem soluções que acabam por depois prejudicar o

quotidiano dos cidadãos, e aquelas que gostam de tomar a nível local, lá onde estão as populações, lá onde estão os cidadãos e onde muitas das vezes advogando uma liberdade de opinião, se situam sempre num plano contraditório e num plano onde já do seu ponto de vista não é possível nada fazer, porque já está decidido e é a forma de lá ir.

Quanto a nós continuaremos disponíveis, continuaremos a caminhada com os pais, valorizamos o trabalho que foi feito pelos educadores que foram chegando às escolas ao longo destes dezassete anos e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que o diálogo impere para que sejam ouvidas sempre as partes que constroem a escola e porque a escola cede por excelência do principio do ensino de aprendizagem, seja o território de decisão democrático em favor das nossas crianças e daquilo que enquanto educadores nos compete assegurar enquanto políticos que é o seu bem-estar.

Muito obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Almeida.

Intervenção seguinte, Colin Marques PSD."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Tenho aqui um pequeno conjunto de questões e finalizo com uma recomendação.

Desinfestação, controle de pragas na Aldeia de Quinta do Anjo, já foi realizado, recordo que trouxe esta questão à Assembleia Municipal de dia vinte e sete de abril e nessa sessão fiquei com a sensação que essa desinfestação seria realizada face às inúmeras queixas dos moradores das constantes saídas de baratas das sargetas.

Outra questão, "*Cartão Idade Maior*" gostava de saber quantos cartões estão distribuídos aos munícipes sénior e também qual o grau de adesão dos comerciantes, estabelecimentos e efetivamente a disponibilização de descontos aos utilizadores é uma realidade. Fui ao site da Câmara Municipal para tentar perceber isso e a única informação que está lá disponibilizada é relativa a janeiro de dois mil e dezasseis, e apenas anuncia que serão feitas ações de divulgação, fiquei sem saber nada na mesma.

A outra questão que me trás aqui é a rotunda do Continente no Pinhal Novo, como sabemos as obras que decorrem nessa rotunda provocam um autentico caos, a acrescentar ao habitual caos que já existe no Pinhal Novo, sobretudo à hora de ponta se há alguma previsão de quando é que as obras terminam, porque talvez fosse importante que elas terminassem durante as férias escolares, antes que se voltasse à época do novo ano letivo, aqui quando o trânsito normalmente aumenta.

Permita-me que faça aqui uma recomendação tendo em conta também uma queixa que me foi feita chegar em Fernando Pó, concretamente na Rua da Sociedade, é muito comum camiões tire entrarem na mesma porque pensam que aquilo é o acesso à "*Casa Ermelinda Freitas*", o que é que acontece é que a rua é estreita e no fim é muito difícil fazer uma manobra de inversão tendo em conta a dimensão gigantesca dos veículos, atenção que esta rua só dá acesso à sociedade e a casas de habitação, não tem acesso a nenhuma adega ou industria e portanto justificaria que houvesse uma sinalização a interditar o acesso aos camiões tire porque realmente causam transtorno.

Outra recomendação que também tendo em conta aquilo que acontece um pouco por todo o concelho, mais numas freguesias do que noutras que tem a ver com a colocação de lixo sobretudo aquele lixo de obras em terrenos baldios sobretudo na zona das Marquesas, na Quinta do Anjo, sugiro que à sinalização, aos cartazes que já existem como uma medida dissuasora a colocação no valor da coima porque é muito caro e ela pode atingir o valor dos mil euros e, portanto, é uma sugestão que deixamos aqui e gostaríamos que ela tivesse um bom acolhimento por parte desta Câmara.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Colin Marques.

Ricardo Marques PS."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, tentarei ser telegráfico tendo em conta o avançado da hora.

Em relação ao protocolo para redução das antenas no Centro Histórico de Palmela, é um tema que já teve até sido abordado nas Reuniões do Executivo e da Câmara, sabemos que a operadora revogou a decisão unilateralmente as nossas questões são saber o ponto de situação de como é que está esse protocolo e como é que as pessoas ficaram depois dessa revogação e tendo em conta que algumas dessas pessoas poderão ter uma necessidade de configurar novos aparelhos ou se existe outra operadora disponível efetivamente havendo aqui algum caso de cariz social, se a Câmara pretende intervir ou apoiar as pessoas do Centro Histórico abrangidas por esta revogação, por esta decisão tendo em conta que até nós quando tentamos configurar um "*TDT – Televisão Digital Terrestre*" muitas das vezes ficamos lá meia hora sabendo que algumas destas pessoas são idosas e poderão ter problemas de literacia digital se efetivamente se a Câmara pretende acompanhar estas pessoas, se será obviamente algo que não carecerá de demasiado tempo ou de custos ou até mesmo de meios.

Esta era a nossa questão e se existe mesmo essa intenção da Câmara de acompanhar estas pessoas e em que ponto de situação se encontra esta questão.

Disse, obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Cristina Moura CDU."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Obrigada, boa noite, cumprimento todos os presentes na sua pessoa.

A minha questão e o que me traz aqui é a gestão de espaços verdes e a necessidade de mudar o paradigma da paisagem e também da educação de um modo geral. É reincidente todas estas questões da limpeza, das ervas mais altas ou da falta de limpeza e é um paradigma porquê, porque muitas vezes nós vemos a paisagem em espaço urbano de uma forma standartisada e de uma forma pouco ambiental, a gestão não é a melhor em termos ambientais porque estamos a falar em zonas continuas de relvado que carecem de vários tipos de incrementos seja a nível de adubos, seja a nível de água, seja a nível de manutenção de tratamentos fitossanitários que são bastante onerosos e cada vez mais e que tem que ser ponderados.

O município já tem vindo a ter essa ação, mas, a ação mais difícil é a formação da população para estas novas questões e como é que a podemos abordar?

Temos uma questão paralela, que é a questão da estratégia nacional para os pulverizadores e é uma questão que cada vez mais as autarquias têm vindo a pegar e a transformar esse espaço municipal colocando áreas sem ser uma monocultura de relvado em espaços vivos de prados com flores incorporadas em que há alturas do ano que não estão tão bonitas e as pessoas têm que estar despertas para essa questão, que é, no verão não vão ter um relvado espetacular, vão ter ali fases em que as flores estão mortas, mas que economicamente e ambientalmente são mais sustentáveis.

Não é fácil gerir esta questão a nível da população, muitas vezes os munícipes têm que estar munidos de uma equipa multidisciplinar a nível de arquitetos paisagísticos, a nível de biólogos, a nível de pedagogos e educadores, é transversal, vai desde a escola ao cidadão comum e é bastante trabalhoso há exemplos de

municípios caso Lousada entre outros que já tem estas questões implementadas e são munícipes premiados acho que Palmela tem o palco para explorar esta questão ao nível dos colonizadores, colocando ninhos para incentivar essa afixação dos colonizadores nos sítios e não é preciso um grande espaço, às vezes quatro metros quadrados é o necessário para termos uma biodiversidade imensa num determinado espaço.

O trabalho mais difícil é com a população e essa educação ambiental, é um trabalho de todos os dias, e não é simplesmente deixar de cortar a relva, é educar a população para a erva daninha que não é uma coisa má, mas é uma questão que tem que ser muito bem trabalhada e explicar que afinal aquilo é uma planta e que tem as suas vantagens em relação às monoculturas de relvado.

É só uma deixa importante."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, agradecemos a sua sugestão, Lousada não tem só esse projeto, tem muitos outros e é também o concelho mais jovem do país.

Não há mais intervenções, não, Srs. líderes de Bancada, vamos ser muito coerentes, nós não podemos estar aqui desde as sete e meia e continuarmos neste período, ainda sem entrarmos na ordem de trabalhos, temos que ter aqui algum remedeio entre todos no sentido a existir uma intervenção por bancada e, portanto, vamos na décima intervenção.

Faz favor."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Não, eu por respeito ao horário e a todos os presentes não vou falar."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Sr. Presidente naquilo que lhe for possível responder agradeço."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu faço questão de responder a tudo, Sr. Presidente, agora eu vou tentar demorar menos tempo do que as questões que me foram colocadas.

Rancho Folclórico do Poceirão, meu caro vamos aos factos, a pedido do município realizamos uma reunião com o Rancho Folclórico de Poceirão para analisarmos a sua atividade e para lhe propor a cedência de instalações para terem um local próprio, para terem as suas coisas, para terem a sua Sede Social e aí desenvolverem atividade.

Explicámos ao Rancho Folclórico do Poceirão que a possibilidade que tínhamos de lhes garantir esse espaço, visava criar ali condições também até para criarem alguma receita e alguma sustentabilidade, mas continuariam a ser utilizadores e programadores conjuntamente com o município como sempre, do Centro Cultural do Poceirão.

Diante essa reunião, sabendo, porque isto é cíclico, já agora também temos que falar aqui verdade há uma postura de permanente criação de incidentes e de conflito que é conhecida na comunidade e aliás nós tivemos com outros membros da autarquia local que são fundadores do Rancho também, e nessa reunião sabendo que o Rancho tinha mais uma vez para a data do seu aniversário que coincidia com a Feira Comercial e Agrícola, procuramos mediar como aliás, somos muitas vezes desafiados a fazer junto da comunidade um entendimento para que o Festival do Rancho, fosse feito no âmbito da programação da Feira, com todas as condições, como aliás aconteceu durante muitos anos, não sei se o senhor já era residente à época lá e se

conhece bem a história e de facto por questões de horário, e depois de estar esclarecido porque é que, havia ou não, motivação e disponibilidade para isso e estarem ultrapassados questões pessoais entre pessoas, concluiu-se que o horário não era adequado e que o Rancho mantinha a necessidade de fazer o seu festival com o apoio do município, que é um Rancho apoiado como todos os outros.

Foi-nos dito nessa reunião que tinham dito no âmbito do regulamento de apoio ao movimento associativo em janeiro como fazem as outras coletividades, a data do festival e que tinham solicitado um palco. Nós, ali com a informação dos nossos técnicos disseram-nos que não era verdade, mas não quisemos teimar vamos averiguar dentro do Plano de Atividades etc. etc. concluímos uma semana depois que não era verdade e portanto não foi solicitado atempadamente o palco, porque se tivesse sido naturalmente o palco tinha de aparecer e foi dito que mais uma vez, não é a primeira vez quando teimam em fazer as coisas separadamente, estamos num fim-de-semana em que todos os palcos que o município tem e todos os trabalhadores que tem disponíveis para tornar possível as iniciativas dos nossos agentes culturais, porque é um final de ano, há palcos nas escolas, felizmente voltamos à atividade e que íamos ter dificuldades para encontrar o palco. Ainda assim na sexta-feira à tarde demos instruções aos nossos serviços nem que fossemos buscar um palco como já fomos para o Rancho do Poceirão a um concelho vizinho e montá-lo, foi dado instrução ou alugamos ou pagamos a pessoas que venham ajudar a montar um palco, que já encontrámos, isto foi definido na sexta-feira à tarde e na segunda-feira somos surpreendidos com a noticia, aliás a noticia saiu antes da nossa possibilidade de resposta, que tinham decido fazer o Festival de Folclore noutra instalação, já agora também é bom que conste foi uma instalação totalmente financiada pela Câmara Municipal de Palmela, que é o pavilhão que é utilizado para a Mostra do Fernando Pó, que é naturalmente da Sociedade de Fernando Pó mas que por contrato comodato teve que ser da Câmara por causa do financiamento que lá fizemos.

Estes são os factos, portanto o Rancho como outras estruturas, se quer um transporte, se quer um palco, se quer apoio técnico, se quer qualquer coisa tem que fazê-lo atempadamente, agora também digo aqui com todas as letras e digo à frente da Sra. Presidente do Rancho, como tivemos oportunidade de dizer também sistematicamente à coisa mal resolvidas e que parece que são criadas propositadamente para criar dificuldades a alguém, mas nós não temos dificuldades em arranjar o palco, encontramos a solução e portanto a decisão de fazer noutro sitio cabe exclusivamente ao Rancho e portanto é preciso estar aqui com lisura, com boa-fé e não sermos mentirosos.

Parque Ari dos Santos, Parque de Jogo e Recreio Sra. Membro do Bloco de Esquerda disse "*Ah! É preciso ir ver e…*" não sei se V. Exa. esteve lá, porque se estivesse lá certamente teria verificado a quem pertence a responsabilidade de quem é o parque e quem é que tem…"

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Não se consegue ler a placa."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pronto ok, mas quem lhe disse isso sabe de quem é o parque, eu também sei porque fui eu que o construí o parque é da responsabilidade da Junta e a verificação das condições de segurança compete a outras entidades e, portanto, Sr. Presidente da Junta anote de que o parque não estará em condições e faremos a vistoria e obviamente ade fazer as reparações e as limpezas consideradas conveniente.

Relativamente às suas considerações sobre o processo de descentralização, eu acho piada o Bloco de Esquerda, aqui oportunisticamente é fácil fazer esse papel estar aqui em bicos de pés sobre esta matéria, porque é um bocadinho contraditório com aquilo que os senhores dizem defender a nível nacional, seja em relação ao processo de descentralização de competências, seja em relação à autonomia das escolas, para gerirem todas as questões.

Aconselho-a a ler a documentação do seu partido e em particular da sua Líder e de outros professores que eu estimo, são meus colegas e que são destintos militantes do Bloco de Esquerda sobre esta matéria e já agora também lhe digo uma delegação do meu partido esteve na manifestação que as Associações de Pais e outros

promoveram, temos o mesmo tipo de preocupações com as questões de trabalho precário de um lado e de outro e também lhe digo que aquilo que defendo enquanto membro de um partido e responsável politico é que de facto tudo devia estar centralizado na escola e que as pessoas deviam pertencer ao quadro da escola, mas de facto nenhum Governo quis, senhor membro do PSD, nenhum Governo quer ter professores agora é que estão preocupados que não há, devia de haver mais professores de música, mais professores de expressões, até parece que descobriram agora estas teorias desde a Escola Moderna a outras que é preciso outras disciplinas na escola e até noutros ciclos de ensino descobriram isto agora, eu já ando nisto desde os dezoito anos que comecei a lecionar e já vi tantas teorias para trás e para a frente e reformas que estão a ser experimentadas, são destruídas a seguir etc. etc.

Sobre esta matéria a aqui um problema político de fundo, há um modelo de descentralização que tem estas ferramentas e que noutros concelhos de todas as cores políticas é feito assim, não vale a pena V.Exa. estar aqui a tentar partidarizar esta questão, mas se o quiser fazer está à vontade, porque eu tenho a consciência tranquila, nós defendemos a autonomia das escolas e defendemos uma gestão partilhada. Quanto à decisão de revogar ou não, nem sequer se trata de revogar, mas de alterar o acordo que temos de delegação com a escola, naturalmente eu só tomo decisões depois de analisados os factos e depois de avaliarmos a situação porque há um conjunto de afirmações de um lado e de outro que também carecem de confirmação V.Exa. tem uma informação eu também a tenho porque recebi das Associações de Pais, conheço as petições falo com professores e técnicos e animadores de quem sou grande amigo e também tenho a versão da Sra. Diretora do Agrupamento e tenho outras informações, mas não me cabe aqui a mim desmentir qualquer coisa que aqui tenha que ser dita, quem quiser que informe a Assembleia Municipal se a Sra. Diretora do Agrupamento quiser responder como respondeu ontem no Conselho Municipal de Educação, responde também a Assembleia Municipal e dá todos os elementos que tem sobre o processo. Se o processo não foi correto, eu estou de acordo, mas tem que haver aqui uma clarificação e tem sobretudo que se perceber de quem é a competência o Concelho Pedagógico tinha que apreciar os dois projetos que estava em alternativa e o Conselho Pedagógico é um órgão autónomo, nós nem participamos os pais também deixaram de participar com as alterações legislativas dos últimos anos, da pertença autonomia, mas depois há uma autonomia que afinal não é, porque deixamos de ter mais participação, os pais também participavam noutros órgãos e agora não participam e o Conselho Geral que também tem que se prenunciar, tem que se prenunciar sobre calendários, sobre projeto, mas é sobre parecer do Conselho Pedagógico também é preciso ler um bocadinho a legislação e perceber do enquadramento para terminar as decisões independentemente do estilo de gestão e das idiossincrasias pessoais que cada diretor, cada professor, cada educador, cada cidadão tem o direito à sua forma de estar e depois submete-se à critica.

Sr. Carlos Valente, relativamente ao documento que nos leu e que o Vereador do vosso Movimento já havia feito o mesmo em reunião de Câmara, nós estamos de acordo que a questão do tratamento dos resíduos é uma questão de cidadania, é uma questão civilizacional os resíduos vão ser impagáveis, já são neste momento o país tem uma taxa de gestão de resíduos incrível não há nenhum país da Europa que pague tanto Taxa de Gestão de Resíduos e nós vamos pagar isso tudo nas nossas faturas, mas é uma questão de cidadania, nas últimas semanas eu tenho andado em reuniões em vários concelhos da região e do país e encontro fenómenos idênticos, mas com o mal dos outros podemos nós agora nós temos campanhas, temos a fiscalização que conseguimos ter, temos a participação do "*SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente*", que nos tem ajudado e temos ultimamente feito um conjunto de ações com a Brigada do Mar e que a última está aqui no Relatório de Atividades que V.Exas. podem ver teve a participação de duzentos alunos que é com estes jovens que temos que fazer esta revolução toda, de limpeza de terrenos, de sensibilização para aquilo que é abandonado e de identificação naturalmente dos fenómenos e dos prevaricadores o que lhe posso dizer é que o município não regateia a esforços para combater a questão dos resíduos. Conhece as filosofias e as sociologias todas e mais alguns, tem felizmente quadros dentro da Câmara que sabem desenhar campanhas de comunicação articuladas com outras medidas, nós vamos investir este ano quatro milhões nos resíduos, na seleção, nos bios resíduos, o preço do outsourcing aumentou exponencialmente acabamos de comprar mais três veículos, reforço de equipas, mas esta é uma questão civilizacional.

Dantes eu até podia dizer assim, quando ia à Suíça, ou quando ia a Espanha, ou quando ia a Bruxelas como tive no Parlamento Europeu à uma semana e meia, eu até pensava que dantes os portugueses são assim, mas olhe que não, que há monos abandonados em vários sítios, há ervas em muito sítios, há ervas em muitos

sítios e obviamente à medida que vamos para conceitos mais dispersos e rurais esta questão é incontrolável eu mais do que placas em cada terreno o que eu exorto é que os proprietários que são tão ciosos dos seus terrenos quando têm que recuar um muro para legalizar a sua habitação quando têm que dar dois ou três metros para deixar passar a regularização de uma linha de água ou para fazer uma estrada que tanto reclamaram começassem por vedar os seus terrenos essa era a primeira medida, porque já basta a responsabilidade que o município tem de tratar o seu espaço público aquilo que são os arruamentos públicos, os seus espaços, os seus jardins, as suas ruas, os seus aceiros, estamos a desmatara investir milhares nós e as Juntas de Freguesia, as bermas etc. etc. quanto mais ainda andarmos a limpar terrenos privados que é aquilo que andamos a fazer também e portanto eu estou inteiramente de acordo com isso, o apontamento que fez sobre as zonas verdes já está um pouco desatualizado naturalmente, mas deve-se de facto ao incumprimento da empresa porque houve uma mudança de empresa o Sr. Vereador tinha sido alertado nessa semana quando também o Sr. Vereador alertou e bem o que se estava a passar e eu também já tinha alertado os nossos serviços porque passo por esses locais, vivo lá, mas de facto o Sr. Vereador explicou-nos que era uma questão de incumprimento desta nova empresa. Sabe quais são os mecanismos legais que tem ao seu despor desde multas, não pagamento do serviço e da faturação etc., etc. até as coisas estarem normalizadas, foram tomadas medidas e obviamente nós fiscalizamos o outsourcing como é normal, todos os dias e na descentralização que vai haver para as Juntas de Freguesia as próprias Juntas de Freguesia também terão que trabalhar com outsourcing para quem diz que alguém não gosta do privado, com certeza o outsourcing é privado paga-se mas tem que fazer serviço público e portanto estamos cá para isso.

Sobre a questão da "Bloom Consulting", Sr. Membro da Assembleia teremos oportunidade de falar de outros estudos e de outros indicadores, mas eu quero só dizer a V.Exa. que o município de Palmela subiu nove posições e que quando fazem comparações com dois mil e catorze, se querem inferências têm que estudar outros documentos e perceber da contradição que existe neste tipo de estudos, ver a ficha técnica, ver quem é que eles contatam, como, e ver depois que quando nós entendermos que pagamos doze mil e quinhentos euros mais iva para fazer a preparação da nossa candidatura ao estudo se calhar vamos subir, mas como é que me explica que dois mil e catorze tinha mais visitante, é mentira, como é que explica que em dois mil e dezanove tenhamos tido em Palmela o maior número de dormidas de sempre referenciadas pelo Turismo de Portugal, há aqui contradições como é que explicam ou querem perguntar aos novos residentes e se calhar há aqui gente que se calhar reside no concelho à poucos anos qual é a atratividade do concelho é só as casas que são mais baratas? Não tenho que concordar naturalmente nem o senhor comigo, nem eu consigo, mas acho que é uma inferência grosseira dizer-se coisas dessa natureza porque grande parte dos outos estudo que também temos e nos quais participamos as pessoas referem centralidade, referem espaços abertos, referem qualidade dos equipamentos educativos que é um indicador interessante do investimento que foi feito nessa área desde dois mil e cinco para diante e, portanto, à outros fatores e à outros estudos e isso também não bate certo quando fomos de facto o segundo concelho da AML – Área Metropolitana de Lisboa, e o terceiro do país que mais cresceu e também somos aquele que tem neste momento também maior crescimento do número de empresas e também somos aquele que tem neste momento a taxa de desemprego mais baixa.

Há muitos indicadores, agora os senhores a partir de aqui podem aproveitar politicamente para fazer as vossas inferências e eu respeito as opiniões destintas.

Sr. Carlos Vitorino, acidente da estrada da Moita é o terceiro, desde o fim de tarde de ontem o município assim que foi alertado para a intermitência dos semáforos, faz aquilo que qualquer município faz, aquilo não é feito por administração direta é uma empresa que tem a exclusividade e que tem vinte e quatro a quarenta e oito horas para intervir, agora á aqui um aspeto não sei se reparamos naquilo, nós habituamo-nos aos semáforos e não vê os sinais, ainda à pouco viemos de Lisboa e também havia zonas com semáforos intermitentes um caos enorme mas enfim, lamento mas não conseguimos reparar o problema elétrico que faz disparar é uma empresa especializada com uma tecnologia é a *"EYSSA-TESIS, Tecnologia de Sistemas Eletrónicos, S.A"* tem um contrato de prestação de serviços o nosso é igual à da generalidade dos municípios do país e portanto espero que amanhã de manhã as coisas estejam resolvidas porque foi isso que fomos informados a Sra. Vereadora tem o pelouro e assistiu à conversa quando vínhamos juntos de uma reunião.

Farmácia Praça da Independência estacionamento, não tem que haver para a Farmácia porque a Farmácia, porque se não também tem que haver para a Padaria, para isto e para aquilo e para aqueloutro é uma

questão de cidadania, eu que vivo muito o local e que também tenho necessidade de ali estacionar vou por o carro mais longe, mas arranjo estacionamento, que há faltas de estacionamento? Há, mas temos muitas formas de resolver há municípios de várias áreas politicas que acham que devem taxar e tarifar e pôr parquímetros e nós por acaso achamos que não, o estacionamento é público é feito em função das regras urbanísticas que existem para equipamento de "X" lugares, para habitação "X" lugares, que hoje exigem mais e as zonas antigas naturalmente têm menos estacionamento do que têm as Avenidas Novas.

A Avenida dos Ferroviários velocidade, dentro das localidades cinquenta, se eu em cada sitio quando houver desrespeito de velocidade, que há em todo o lado, tivermos que meter um semáforo limitador de velocidade estamos desgraçados não á município que aguente ou tivemos que meter lombas como outros municípios querem, então vamos ter o país das lombas. O que é que estamos ali a fazer? E o Sr. Se calhar verificou, ampliamos a altura das bandas cromáticas para a trepidação, colocamos nas passadeiras mais utilizadas uns sinais de peões com avisadores luminosos e pretendemos por isso à porta de todas as escolas é um plano de trabalho que temos, mas ali entendemos que era prioritário e ainda temos a intenção de algumas zonas de escrever cinquenta no pavimento, eu passo lá às vezes com gente a querer-me ultrapassar-me na faixa da esquerda.

Patricia Caixinha, concursos há muitos nós quando somos convidados geralmente participamos porque sabemos que temos bons projetos, referiu um prémio do Museu, mas num mês foram dois e recordo que há outros prémios com a Academia, as Universidades a avaliarem prémios reconhecidos pela própria Associação Nacional dos Municípios Portugueses e que o município foi o município do ano na AML- Área Metropolitana de Lisboa com um projeto especifico na área do social.

Temos muito gosto de ir a jogo, mas também não andamos nisto para concursos nem para rankings, quem avalia as nossas politicas são as populações residentes naturalmente e os visitantes etc. etc. mas participaremos em todos aqueles para que somos convidados ouve um ou outro que não participamos porque as nossas equipas técnicas consideraram que não havia tempo para preparar a candidatura e eram projetos já executados e depois há outros que era preciso pagar, sabia disto? É preciso pagar para ter determinados selos e nós preferimos ir a jogo aqueles que todos podem ir, isso é que é bonito.

Sr. Colin Marques desinfestação, as campanhas vão ser divulgadas á períodos do ano em que essas coisas são feitas porque é precisamente no calor e quando passa a haver menor pluviosidade que estas infestantes baratas e outos são cada vez mais resilientes e resistentes aos tratamentos existentes que se manifestam e às vezes também se manifestam depois da atuação do produto químico as tais baratas tontas que ficam ali uns dias, há o compromisso do serviço de fazer a publicação das várias campanhas que serão seis e que começam geralmente neste período do verão não lhe sei dizer quando.

Cartão Idade Maior, não tenho aqui os dados, a Sra. Vereadora é que assina o cartão, diz que tem assinado uns quantos, mas procuraremos divulgar isso no próximo relatório para que tenha conhecimento.

A rotunda da entrada para o Modelo, o plano de circulação e de segurança e de sinalização, é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, embora tenha ali também acessos municipais, lutamos muito para ter aquela rotunda e com as soluções que ali estão, não fechando nenhuma rua como teve inicialmente previsto, os trabalhos estão a andar a um excelente ritmo e esperamos que vão estar concluídos e pelo menos o transito a circular muito antes da sua preocupação com o ano letivo.

Rua da Sociedade de Fernando Pó, podemos pôr lá um sinal de pesados, mas garanto-lhe que esse tipo de fenómenos acontece por causa dos GPS, porque também nos aparecem aqui condutores de várias nacionalidades com camiões junto aos Espaços do Concelho e depois não conseguem ir para traz sabe à procura do quê? da Autoeuropa, poem Autoeuropa/Palmela veem ter aos Paços do Concelho e depois não conseguem sair dali, mas procuraremos essa sugestão e essa chamada de atenção é importante, dos lixos já referi.

Ricardo Marques, a questão de facto a nowo por causa da tecnologia etc. nós tentamos fomos à luta, mas de facto o tipo de protocolo permitia este recuo unilateral, tem o sinal codificado e naturalmente não o consegue separar da restante oferta de sinais por uma questão empresarial, o município obviamente quando criou isto e muito bem foi na perspetiva de evitar antenas nos telhados do Centro Histórico, de resto isto não é uma questão de apoio porque se não temos que pagar as antenas e as parabólicas e as TV Cabos aos outros

munícipes do resto do concelho não é essa a missão da autarquia, aqui houve um interesse público de defesa da paisagem e do Centro Histórico, retirar antenas e muto bem.

Agora houve a quebra deste protocolo, estamos a estudar uma alternativa, mais a nossa Divisão de Organização e Sistemas de Informática, adjudicou a uma empresa um estudo sobre a densidade e a eficácia do sinal, temos vinte e sete queixosos que dependiam deste sinal os outros entretanto têm já contratos porque têm outras operadoras por cabo e portanto não necessitam estão a ser atendidos e recenseados no Centro Histórico já estivemos na casa de algumas pessoas com essa empresa fizemos um estudo e aguardamos o relatório, o que é que pode vir a acontecer é terem TDT com antena interior gostaríamos nós que assim fosse, porque com antena exterior o objetivo do protocolo ficaria deitado por terra, estamos a trabalhar nisso.

Considerações da Cristina Moura sobre a gestão dos espaços verdes e o paradigma da paisagem, estamos inteiramente de acordo, já acordamos todos muito tarde para as alterações climáticas começamos felizmente a ter hoje uma maior sensibilidade, mas ainda á incompreensões, nós fizemos o Jardim de Cabanas um jardim com polonização, com prado sequeiro, com flores, depois para alguns residentes aquilo era uma carrada de mato "*porque é que não meteram relva, isto tem algum jeito*" temos um grande trabalho a fazer ainda de esclarecimento e especialização e também temos dentro destas plantas de prado bio diverso tirar as infestantes, mas isso a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo ficou com o jardim e vai tratando disso, mas nós estamos neste momento e o Sr. Vereador que tem a área sabe disso uns dos nossos desafios e compromisso para o mandato nós queremos ter um regulamento de arvoredo urbano, queremos ter um regulamento de espaços verdes e jardins para começar a monitorizar as regas com o sistema de iluminação inteligente temos mesmo que dar este salto e tendo também o prazer de anunciar que uma candidatura do município chamada "*Pinhal Novo Verde*" que consiste na criação de arborização e de alguns pulmões tem também uma componente de prado bio diverso para uns espaços onde vamos experimentar esse tipo de vegetação e de arborização.

Também nas remodelações dos nossos espaços verdes e jardins como vai acontecer no jardim José Maria dos Santos, que vai ter uma segunda fase de obra lançada em breve, temos ali a redução das placas de relva com a colocação de arbustos resilientes não sei os nomes técnicos e sobretudo a preferência por plantas autóctones de preferência aqui da nossa zona da Arrábida e, portanto, estamos sensíveis a isso mas isto requer por exemplo; os nossos serviços que aprovam os espaços verdes dos loteamentos, dos novos empreendimentos esta visão estamos a faze-la chegar naquilo que é o lançamento das nossas obras também estes requisitos, naquilo que é a gestão corrente dos nossos espaços nós vamos fazê-los e quando entregarmos às juntas temos de entregar com o caderno de instruções e com regulamento que é para não termos lá um carvalho cerquinho e na outra semana passamos lá e temos uma laranjeira, acontece.

Termino com esta nota de boa disposição."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, das suas notas faltou-lhe com certeza a questão do tropeção da raiz."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Ah! Faltou mesmo e eu faço questão naturalmente de esclarecer.

Em primeiro lugar deu entrada na Câmara não no dia três, mas no dia oito de junho uma exposição de uma munícipe sobre essa ocorrência que lamentamos à semelhança de outras que acontecem no espaço público e também ao contrario do que pelo menos dizem na missiva enviada pelo menos para a Vereação foi só alguns partidos, daí a munha observação não tinha nada que ver com a Assembleia, o Senhor deu conhecimento da metodologia…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Eu faço sempre (gravação não audível)"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

" e fez muito bem, mas por exemplo só chegou a uns, não chegou a outros não percebo porquê, é falso que tenha vindo algum e-mail para a Câmara dirigido ao Gabinete de Apoio à Presidência que é citado nessa missiva, veio uma correspondência por escrito que por acaso tem um tratamento diferente do e-mail até porque o acuso de receção do e-mail é automático gera um ticket e vai automaticamente para o serviço que vai gerir o processo ali demorou um pouco mais porque veio por correspondência epistolar e seguiu para os serviços municipais para obtenção de pareceres e apuramento da responsabilidade da Câmara para um terceiro que é o que trata das finanças e dos seguros.

Foi à Divisão dos Espaços Públicos e foi à Divisão de Serviços Urbanos, concluiu-se que era dentro de um arruamento dentro de um jardim e, portanto, foi informado depois pelos Serviços Urbanos e, portanto, só teve resposta no dia vinte e oito, trinta dias ao abrigo do *"CPA - Código do Procedimento Administrativo"*, oito a vinte e oito é menos do que trinta e não foi solicitada qualquer informação à Câmara depois do dia oito sobre o processo porque se não, sim faríamos todo o gosto em cumprir os dez dias do *"CPA - Código do Procedimento Administrativo",* é preciso conhecer estas coisas para não se inferir que ninguém responde ou que ninguém quer saber nada disso.

Naturalmente as questões têm que ser instruídas, documentadas pelos serviços e na resposta que demos à pessoa a informação que tenho dos nossos serviços é que foram já solicitados elementos nomeadamente recibos, documentos das despesas médicas e outras que fez, danificou os óculos e roupa etc. etc. e, portanto, está em fase de instrução vai a despacho do Vereador que tem o Pelouro, se o Sr. Vereador não estiver vai ao Presidente. Eu também tomei conhecimento do alerta por parte da Vereação que recebeu essa missiva, mas dizer que o procedimento está a correr dentro da Câmara normalmente como acontece com dezenas de outros casos de acidentes, de pessoas que rebentou um pneu num buraco ou alguém que caiu num sitio qualquer temos que apurar as responsabilidades para instruir o processo junto da seguradora.

Creio que o assunto está encaminhado devidamente como nos compete e depois o resto será jerimido com os elementos e com as conclusões do processo."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Não há mais intervenções, terminamos o período de antes da ordem do dia, entramos nos pontos da ordem de trabalhos, todos têm o documento, todos têm também o pequeno documento de seis páginas que o Sr. Presidente fez.

Sr. Presidente eu ia fazer-lhe a maldade de não o deixar ler desta vez o documento e todos têm o documento e se houver alguma intervenção que queiram fazer sobre o documento saímos do período antes da ordem do dia, agradecia que o fizessem neste momento para passarmos ao ponto da 3.ª Alteração Modificativa que me parece relevante nesta fase."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sr. Presidente queria só pedir-lhe que ficasse transcrito na integra para a ata."

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

"A transferência de competências da Administração Central para o Município, na área da Educação, efetivou-se a 1 de abril e trouxe mudanças de vulto à organização, desde logo, pela integração de 266 assistentes técnicas/os e operacionais das escolas e pela assunção de novas responsabilidades, nomeadamente, ao nível do parque escolar dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do secundário. No sentido de agilizar procedimentos e promover a eficácia e rapidez da resposta, procedeu-se à delegação de um conjunto de competências próprias nas/os Diretoras/es dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias. Este período também ficou marcado pela tomada de posse do Conselho Municipal de Educação de Palmela e pelo procedimento concursal para a construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela.

Com várias ações de reparação e manutenção a decorrer nas escolas, é de sublinhar a adjudicação de intervenções como o reforço estrutural da EB Brejos do Assa, a criação de espaços cobertos na EB Bairro Alentejano ou o projeto para a requalificação do logradouro da EB Joaquim José de Carvalho (Palmela). O fim das restrições ditadas pela pandemia abriu uma nova fase de trabalho junto da comunidade escolar, com a retoma de projetos marcantes como o Fantasiarte, cujas Festas de Encerramento congregaram perto de um milhar de participantes no Cine-Teatro S. João, o 2.º curso "Aprender a Nadar" nas piscinas municipais, a primeira fase interescolas dos Jogos Desportivos Escolares, que envolveu sete centenas de alunas/os do Concelho, ou encerramento do projeto intermunicipal *Kid's Guernica*, no Barreiro, com a participação de 252 alunas/os e 22 docentes da EB 2.º e 3.º ciclo Hermenegildo Capelo (Palmela) e da Secundária de Pinhal Novo.

A 31 de maio, o Município registava o número mais alto de trabalhadoras/es de sempre – 1.220 – em resultado, claramente, da entrada de pessoal das escolas, mas, também, do continuado reforço das equipas em diversas áreas. Realizaram-se oito sessões de acolhimento para 22 trabalhadoras/es e regressaram as visitas "Conheces a tua organização?", numa importante medida de integração e comunicação interna. O processo "Eu Participo!" Trabalhadoras/es Municipais 2022 também teve início neste período, com cinco sessões descentralizadas, e realizaram-se 27 ações de formação internas e 26 externas, num total de cerca de quatro mil horas de formação. "Comunicação com os Pais e Encarregados de Educação" foi o tema de três ações de formação dinamizadas, internamente, para as auxiliares de ação educativa.

Ainda no âmbito da participação cidadã, foram apresentados os resultados do ciclo "Eu Participo!" Munícipes 2021 e, através das cinco assembleias públicas realizadas, procedeu-se ao arranque 2022 e lançamento da plataforma digital, que abriu uma nova fase de maturidade do processo. Mediante registo, é possível submeter e votar propostas *on-line*, consultar notícias, informação de agenda ou sobre as propostas vencedoras em edições anteriores e confirmar o ponto de situação da execução dos projetos. No que respeita o trabalho com o público escolar, destacam-se as sessões do Clube "Eu Participo!" com alunas/os dos 2.º e 3.º ciclos, que propuseram, para reflexão, temas como alterações climáticas, alimentação, moda e consumo.

O projeto de serviços *on-line* e desmaterialização de processos do Urbanismo teve continuidade nos meses em apreço, registando-se a implementação de uma nova aplicação informática, e concluiu-se o relatório final do projeto de segurança do sistema de informação e cibersegurança da organização. A Conferência de Cibersegurança – os Desafios e a Segurança na Sociedade Digital acolheu forte interesse e contou com 260 participantes, numa organização conjunta do Município com o Centro Nacional de Cibersegurança.

O arranque de uma nova fase de inoculação das pessoas idosas exigiu o esforço continuado dos serviços municipais que, além do funcionamento do Centro de Vacinação Municipal, na Associação de Idosos Reformados e Pensionistas de Pinhal Novo, asseguraram a coordenação e apoio logístico às ações de vacinação nos lares e ao domicílio. Entretanto, as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro em formato presencial e alargado permitiram a realização de um vasto conjunto de iniciativas e retomar os momentos de convívio, valorizando o papel insubstituível das/os Bombeiras/os na comunidade. O programa – assumido, este ano, pela Associação de Águas de Moura, na sequência do modelo de rotatividade instituído – integrou simulacros de sismo em várias escolas, um exercício de atuação conjunta, um debate sobre o Modelo de

Financiamento dos Corpos de Bombeiros e a Sessão Solene, com atribuição de Medalhas de Comportamento Exemplar. No sentido de reforçar a capacidade operacional das corporações do Concelho, foi aprovada a constituição de três novas Equipas de Intervenção Permanente, com cinco elementos cada, financiadas pelo Município e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Manteve-se o apoio e acompanhamento às famílias refugiadas da guerra na Ucrânia, em permanente articulação com a comunidade ucraniana residente no Concelho. Além da recolha e entrega de bens alimentares e outros, priorizou-se a integração social destas pessoas, com os cursos de português e as sessões de atendimento pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes a assumirem especial importância.

Para assinalar o Dia Mundial da Saúde, realizou-se uma ação de informação e rastreio na Pista *Check-Up* de Quinta do Anjo e na Unidade Móvel de Saúde, bem como uma atividade de descoberta de plantas no Sobral, em parceria com o ACES Arrábida e o Serviço de Cardiologia do Centro Hospitalar de Setúbal, que também colaborou na Caminhada na Serra do Louro, para celebrar os "7 Dias do Coração". Internamente, o projeto "Mexa-se bem no trabalho" dinamizou 164 sessões de ginástica laboral e tiveram início as campanhas "Saúde Primária", com 16 rastreios para mais de três centenas e meia de trabalhadoras/es, e "Vamos Falar de Saúde Mental", que acompanha a iniciativa para o público externo "É Sexta-feira, vamos Falar? Porque há conversas que devemos ter".

Na área social, são de assinalar a conclusão da empreitada de Requalificação do Monte do Francisquinho (Pinhal Novo), bem como a cedência de terreno na Quinta do Padre Nabeto à Santa Casa da Misericórdia de Palmela, para construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia. A promoção das relações intergeracionais continua a ser um objetivo primordial da política de envelhecimento ativo e com qualidade, e no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Família e do Dia Europeu da Solidariedade e da Cooperação entre Gerações, realizaram-se diversas iniciativas de expressão artística que juntaram pessoas idosas e jovens do ensino secundário. Entretanto, Simone Fragoso representou o Município em Itália, no seminário internacional do projeto *"Network for the Role Models",* enquanto exemplo inspirador de superação.

Concluída a reparação do muro namoradeiro do Largo de S. João Baptista, deu-se início ao procedimento para a reparação do muro da Rua Hermenegildo Capelo, no Centro Histórico de Palmela, onde estão a decorrer importantes obras de reabilitação urbana. No quadro da revisão do Plano Diretor Municipal, deu-se continuidade às reuniões de concertação com as diversas entidades e promoveu-se uma visita de trabalho com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, para dar a conhecer, *in loco*, especificidades do território. Realizaram-se, igualmente, diversas oficinas e visitas técnicas relacionadas com a construção do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas e da Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares.

No que respeita a infraestruturas, foram adjudicadas a criação de um novo arruamento em Aires, entre a Avenida Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota, e a ampliação e remodelação da rede de abastecimento de água, para extensão da rede da Rua Pinheiro Forte, na AUGI da Bela Vista. No Terrim, Pinhal Novo, concluiu-se a infraestruturação da Rua 1.º de Maio da Quinta do Sobral e Canastra, e foi adjudicada a construção do sistema elevatório de águas residuais domésticas da Rua da Uva Moscatel, no Vale da Vila. Entretanto, foram lançados os concursos referentes aos projetos de infraestruturação para a segunda fase da Rua da Holanda (Vale de Touros) e para a Rua dos Amigos (Lagoinha), bem como para o sistema de esgotos ao longo da EN 252, junto ao Portal Branco, Quinta das Asseadas e zonas limítrofes.

A qualificação do espaço público é um objetivo permanente e, no período em apreço, concluiu-se o parque de estacionamento e enquadramento paisagístico da Rua Orlando Ribeiro (Pinhal Novo) e deu-se início à execução de beneficiações no Jardim Ferreira da Costa (Venda do Alcaide) e ao novo parque de estacionamento da Rua Manuel Caetano (Quinta do Anjo). Na rede viária, iniciou-se a pavimentação das ruas S. Francisco (Vale de Touros) e José Luís da Silva Camolas (Palmela) e repavimentaram-se arruamentos em Pinhal Novo Sul, sendo de sublinhar a conclusão da Rua dos Baguiços (Lagoa do Calvo).

Quinta da Asseca (Palmela), Nova Palmela e Bairro Mesquita (Pinhal Novo) receberam novos oleões, numa ação de reforço da rede de recolha de óleos alimentares usados, acompanhada de uma pequena campanha de comunicação. Realizaram-se ações especiais de remoção de monos, monstros e outros resíduos que continuam a conspurcar o espaço público, e procedeu-se ao corte de infestantes e aplicação de herbicida sem glifosato.

A sensibilização e educação ambiental são determinantes para a ambicionada mudança de atitudes. A pretexto das comemorações do Dia Mundial da Floresta, continuaram, em abril, ações de plantação de espécies autóctones e decorreu a ação "À Descoberta das Orquídeas Silvestres da Arrábida", e para assinalar o Dia Mundial do Ambiente, a campanha de limpeza, em parceria com a Brigada do Mar, envolveu 122 alunas/os, com ações em Cabanas e Palmela. É de referir, também, a saída de campo à Ribeira da Marateca com alunas/os do Curso de Turismo Ambiental e Rural, da Secundária de Palmela, para observação da avifauna.

Com a obra de conversão do antigo canil em sala de cirurgia e gatil em curso, deu-se início à campanha de vacinação antirrábica e identificação eletrónica 2022. As/os trabalhadoras/es do Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela participaram no primeiro módulo da formação prática "Introdução às boas práticas em matéria de bem-estar animal", ministrada pela Associação Animais de Rua, que irá prolongar-se ao longo do ano.

No Castelo, procedeu-se à limpeza do Revelim Sul e à abertura do espaço para visitação, e concluiu-se a beneficiação do equipamento para reabertura da exposição de imagens de Santiago nos Paços de D. Jorge. A exposição de fotografia "Aquedutos de Portugal. Água e Património" deu o mote para um conjunto de ações ligadas ao universo da água, e o património ferroviário, bem patente na atividade do Museu A Estação, continuou a interagir com a comunidade, sendo de realçar a conferência pelo Doutor José Meco sobre "Os Azulejos das Estações Ferroviárias" e a colaboração com o Mercado Caramelo. Neste período, decorreu mais uma edição das "Férias a Crescer – Páscoa" e foi dinamizado o recurso pedagógico "Jogo –À Descoberta do Concelho de Palmela". A Maleta Pedagógica sobre Hermenegildo Capelo valeu uma menção honrosa ao Município nos Prémios da Associação Portuguesa de Museologia.

A terceira edição do Concurso Literário, sob o tema "De que é feito o meu coração", recebeu 114 contos e, a par da primeira sessão de "Leituras em Voz Alta", marcou o arranque das comemorações do centenário do nascimento de José Saramago, a decorrer até ao final do ano. No âmbito do Dia Internacional do Livro Infantil, as Bibliotecas acolheram oficinas (esgotadas) com a ilustradora Rachel Caiano e o programa de conversas literárias "365 Dias de Romance" continuou a privilegiar grandes escritores nacionais, com uma sessão com João Tordo. O conto é preponderante na relação com o público infantil e está no cerne de diferentes projetos dinamizados com as escolas e as famílias, presencialmente, *on-line*, com tradução em Língua Gestual Portuguesa ou em intercâmbio com as Bibliotecas da região.

O início da primavera é, tradicionalmente, um momento de regresso às ruas e de incremento da atividade cultural e festiva, e depois de dois anos de restrições, esse regresso foi sentido com particular intensidade. Das estreias dos nossos grupos de teatro e uma edição muito animada da Queima do Judas (com a participação de 12 associações e um milhar de pessoas na assistência) às comemorações do Dia Mundial da Dança, foram muitos os espetáculos protagonizados por estruturas locais e não só, que despertaram grande interesse. As Festas de S. Gonçalo voltaram ao formato tradicional, com muita animação, e no dia 31 de maio, no âmbito das comemorações do Dia do Concelho, o Cine-Teatro S. João acolheu um espetáculo com as Orquestras Ligeira e Clássica do Conservatório Regional de Palmela. A programação de cinema continua a atrair novos públicos e, em colaboração com a Escola Secundária de Pinhal Novo, decorreu mais uma edição do ciclo de cinema francês "*Cine France*". No Centro Cultural de Poceirão, nasceu um *graffiti* comunitário, fruto de um *workshop* que envolveu jovens da região. As comemorações do 48.º aniversário do 25 de Abril assumiram especial destaque, com um programa recheado de atividades desportivas, recreativas, culturais e de reflexão e debate, numa iniciativa conjunta do Município com as Juntas de Freguesia e o Movimento Associativo, no total de 45 entidades. Na área cultural, é, ainda, de referir a aprovação da candidatura do Cine-Teatro S. João "Lugar Cultura", no âmbito do Programa de Apoio à Programação da Rede de Teatros e

Cineteatros Portugueses, da DGArtes, que representa 50 mil euros por ano até 2025 para apoio à programação, capacitação de públicos, mediação e acessibilidade.

Na área da Juventude, concluiu-se a programação referente ao "Março a Partir" e realizou-se o Concurso de Bandas Amadoras de Palmela 2022, na sede do Grupo Popular e Recreativo Cabanense. Foram conhecidas/os as/os vencedoras/es dos concursos *SmartVideo21* Palmela, Jovens Talentos e 2.º Concurso de Poesia para Jovens "25 de Abril" e encontrava-se em votação o *SmartFoto* Primavera – iniciativas que incentivaram o público juvenil a experimentar novas formas de expressão artística e a redescobrir o território. Deu-se continuidade à promoção do projeto de voluntariado "Dar que Falar" e o CRJ de Pinhal Novo acolheu o curso de ativistas sobre direitos humanos das pessoas com deficiência, no âmbito do projeto *"Advocacy Academy",* promovido pela Inovar Autismo.

O Município continua empenhado na melhoria e ampliação da rede de equipamentos desportivos e de lazer ao dispor das populações. Nesse sentido, deu início à execução do Espaço de Jogo e Recreio de Quinta do Anjo e adjudicou a empreitada para construção de balneários no Polidesportivo do Bairro Alentejano, além da aquisição e instalação de novos equipamentos. No que respeita à atividade dos Programas de Desenvolvimento Desportivo, nas diversas modalidades, destaca-se o apoio prestado, neste período, ao Convívio para Benjamins A e B em atletismo, à prova "Pinhal Novo a Correr a Liberdade 1974 m", ao XV Festival de Ginástica de Palmela "PALMEGINA", ao Torneio da Páscoa de Basquetebol feminino e a três Concentrações Distritais de Minibasquetebol. Registe-se, ainda, a aprovação de contratos programa com os clubes do Concelho, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, para apoio à atividade, aquisição de equipamento e realização de obras, bem como de um contrato-programa com o Clube Desportivo Pinhalnovense, relativo à remodelação do edifício Coopinhal, que acolhe, transitoriamente, a sede do Clube.

A 31 de maio, encontravam-se em conclusão a empreitada para implementação de energias renováveis e sistema de gestão eficiente de energia no Cine-Teatro S. João e a substituição de luminárias por LED, com suporte para suporte de rede *LoRaWan*, no âmbito do contrato de gestão de eficiência energética para a iluminação pública. No campo da mobilidade, o período foi fortemente marcado pelos trabalhos de acompanhamento e preparação da entrada em vigor, a 1 de junho, da nova concessão de transporte público rodoviário, apresentada à Assembleia Municipal e ao Conselho Local de Mobilidade.

O fim das restrições fez-se sentir, também, com grande intensidade no setor turístico, com o regresso do público ao Festival Queijo, Pão e Vinho, à Mostra de Vinhos de Fernando Pó e ao Mercado Caramelo, que viveram edições com excelente afluência e elevaram, uma vez mais, a qualidade dos produtos locais e reafirmaram a cultura e identidade bem vincada das diferentes freguesias. De igual modo, os Fins de Semana Gastronómicos do Queijo de Ovelha e da Sopa Caramela promoveram a gastronomia local e o setor da restauração. O encontro anual com agentes económicos locais permitiu partilhar o plano de atividades para o corrente ano e estreitar sinergias, para uma oferta cada vez mais integrada.

Depois das parcerias já estabelecidas com Silves e Guimarães, no âmbito da promoção turística, o Município celebrou um novo protocolo com o Município italiano de Tollo, com quem partilha a cultura da vinha e do vinho. A deslocação do Presidente da Câmara aos Municípios da Praia e de S. Filipe, em Cabo Verde, no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento 2022-2025, marcou o início de um novo ciclo de trabalho com estes territórios. Nesta e noutras matérias, acreditamos que a cooperação continua a ser a melhor estratégia para o desenvolvimento sustentável, o conhecimento mútuo e o estreitamento de laços, que estão na base do verdadeiro sucesso e da Paz."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Alguma intervenção sobre a informação do Sr. Presidente que têm em vossa posse?

Não? Passamos ao ponto número dois.

Sr. Presidente de Câmara se faz favor."

PONTO DOIS – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esta 3ª Alteração Modificativa visa incluir projetos e ações resultantes de candidaturas que já temos aprovadas no Plano de recuperação e resiliência;

Reforçar as dotações das transferências para as Freguesias, para permitir que possamos aprovar daqui a pouco a prorrogação dos atuais acordos de execução e dos contratos Interadministrativos até trinta de setembro, porque estimamos que só em setembro é que vamos fazer a transferência definitiva já sobre outros instrumentos;

Proceder à inscrição de parte do saldo da gerência de 2021, na sua fatia mais decisiva já havia sido inserido e isto possibilita dotar rubricas que se encontravam "a definir" é porque não tinham a verba toda suficiente para a estimativa do ano e o reforço de outras com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano e isto aqui sobretudo matéria atinente a resíduos onde há aqui um reforço de mais quinhentos mil euros;

Também efetuar outros ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento e depois quero aqui destacar que há um conjunto de obras que têm reforços diversos que ponderam certamente consultar e isto tem que ver com o quê, tem que ver com a nova legislação e com a obrigatoriedade da revisão de preços. Aquilo que se tem passado nos últimos anos nas empreitadas nas obras públicas leva a que diariamente haja preços alterados e nos termos da lei as empresas apresentam o seu pedido de revisão de preços que depois com aquilo que está estipulado os indicadores publicados oficialmente etc levam ao pagamento de verbas que não estavam inicialmente previstas.

Para terem uma ideia neste conjunto de obras, muitas já concluídas e outras em fase de conclusão estamos a falar aqui de mais de quinhentos mil euros só para a revisão de preços e isto é uma realidade com que nos vamos confrontar seguramente nos próximos anos.

No capítulo da receita para além da inclusão de parte do saldo de gerência de 2021, e esta inclusão é de apenas de um milhão, quinhentos e quinze mil, oitocentos e quarenta e quatro euros, entraram também transferências correntes no valor de sessenta e seis mil euros, para comparticipação de ações no âmbito do "PRR – Plano de Recuperação e Resiliência" e da candidatura Palmela é Música que teve também aqui um reforço e;

Transferências de capital no valor de trezentos e quinze mil euros, que tem que ver com as ações do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, para a operação de desenvolvimento integrado das Freguesias de Marateca e Poceirão, que também já havia sido anunciado e também a entrada da verba conseguida com a aprovação da candidatura para o projeto Pinhal Novo Verde.

As Grandes Opções do Plano, tinham uma dotação de quarenta e oito virgula nove milhões de euros, com estes reforços da Alteração Modificativa, passam a ter uma dotação no valor de cinquenta virgula seis milhões de euros.

O total do Orçamento após a 3ª Alteração Modificativa é de oitenta milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sete euros, e representa um acréscimo de dois virgula quarenta e um por cento relativamente ao Orçamento atual.

Atinge-se um orçamento desta dimensão porque de facto tem que ver com o volume de candidaturas aprovadas e que para darmos seguimento às respetivas ações e investimentos temos que incluir no plano para começar a trabalhar as assessorais, os projetos e o lançamento das obras.

No que diz respeito também aqui ao orçamento na despesa há aqui ligeiras atualizações, mais nove mil euros para o pessoal de regime aqui impostos e taxas para restituições vinte mil euros, há aqui um reformo também por causa do pagamento da cobertura de prejuízos à Palmela Desporto que já foi aprovado, mas que é obrigatório ter aqui o dinheiro.

Há também uma previsão muito generosa para um conjunto de estudos, pareceres de consultadoria por causa das novas obrigações do regime geral de prevenção da corrupção e da proteção de dados, etc. que tem que ser feito com empresas externas sendo que o regime no que diz respeito também aos canis de denuncia já está em vigor desde dia dezoito.

Depois no Plano as mexidas são muitas, às vezes insignificantes e às vezes trata-se de reforços e anulações dentro dos mesmos capítulos, destacaria só aqui o aumento dos encargos por exemplo, ramo de acidentes de trabalho, seguros mais cinquenta mil euros tem que ver com a descentralização de competências é que veio o dinheiro para pagar os salários dos novos duzentos e setenta funcionários mas não veio o dinheiro para pagar os seguros esta é uma das questões que ainda estamos na luta como se costuma dizer e há muitas outras.

Temos um reforço para combustíveis e lubrificantes, não vale a pena fundamentar muito, depois as outras verbas que estão adstritas às obras têm que ver de facto com a revisão de preços e as transferências para as Juntas te que ver com a dotação destes mais três meses para a manutenção dos acordos e dos contratos Interadministrativos que vigorarão até trinta de setembro enquanto preparamos então a transferência das competências próprias.

Temos também um reforço que não costumamos ter nestes valores dez mil de um lado mais quarenta mil noutro para obras coercivas porque de facto a fiscalização que diz que é pouco tem trabalho feito, mas tem que ser consequente para dar o exemplo e, portanto, vai ter que investir aqui em obras, demolições e outras coisas mais.

Temos aqui outra página que falamos essencialmente das obras, está também aqui um reforço para a Ribeira da Salgueirinha que terá também as revisões de preços e um ultimo contrato adicional que deve de ir à próxima reunião.

Investimento nas águas, no sistema de controlo de perdas de água, aqui nas águas tiramos de um lado, mas reforçamos noutro e dizer-vos que nós temos agora aí investimentos na ordem dos quatrocentos a quinhentos mil euros na reabilitação e remodelação de condutas e na ligação dos furos da Fonte da Vaca ao Depósito/Reservatório também na mesma zona para criar uma redundância para evitar quando houver colapso do fornecimento ou operações na rede mais complexas manter os níveis de captação e de bombagem.

Mais quinhentos mil euros para a deposição final de resíduos em aterro e ainda à pouco a prepósito das preocupações com os resíduos, esqueci-me de dizer é que todos os meses batemos record de deposição e de toneladas todos os meses e o grande desafio é de facto a compostagem e os bio resíduos processo em que estamos nos investimentos, nos veículos, nos sistemas de controlo informático e uma série de outras campanhas que decorrem também de uma candidatura que fizemos para ver se conseguimos implementar o sistema lá mais para o final do ano.

Estão aqui ações novas, Recuperação da ruina da Igreja São Pedro da Marateca que tem que ver com estas ações de operação integrada, temos aqui também Marca Space no Centro Cultural de Poceirão, projeto também em parceria com a Ciência Viva da Universidade de Aveiro para um novo conceito do CRJ, espaço juventude que queremos fazer no Centro Cultural do Poceirão que também vai para obra e que também tem previsto aqui reforços para o plano de promoção da acessibilidade de Pinhal Novo, reprogramação da questão da ciclovia a que liga a Setúbal e a ligação a Cabanas, espero que em breve consigamos lançar o concurso ao fim de dois anos de conflito com as Infraestruturas de Portugal parece que já estamos na fase final e à também depois aqui outra verba mais significativa que é a requalificação do Parque Mário Bento que tem que ver também com esta questão do "PRR – Plano de Recuperação e Resiliência" e da criação ali de um espaço de incubação de apoio a negócios mais ligado ao biológico e ao mundo rural e a outras dinâmicas que tem que ver com o empreendorismo naquela comunidade.

Nima maneira geral são estas as explicações, procurei antecipar aqui uma ou outra pergunta, mas estou naturalmente ao dispor para as questões que queiram colocar."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Intervenções sobre esta alteração modificativa?

Inês Garcia se faz favor."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Muito boa noite a todos, muito obrigado pelo esclarecimento do Sr. Presidente realmente conseguiu antecipar várias das minhas questões gostava só de fazer uma questão relativamente ao ciclopsete, eu volto a frisar a importância de fazer as ciclovias bem feitas tem sido em todo o país muitas execuções mal feitas que depois os utilizadores de bicicletas habituais não utilizam criam-se ainda mais conflitos entre os utilizadores vulneráveis e os automobilistas e não é isso que se quer e a minha questão é se vamos estar criar uma ciclovia já é tecnicamente nas nossas estradas difícil, os preços estão a aumentar a cada dia, vamos retirar dinheiro desta dotação que projeto é que vai sair dai que nós gostávamos de conhecer e gostava que nos explicasse.

Muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Ricardo Marques Partido Socialista."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Sr. Presidente muito obrigado.

No tocante a esta 3ª Alteração Modificativa, nós aqui já tínhamos referido que acreditávamos que esta alteração viria numa próxima Assembleia e assim se comprovou. Obviamente que estas alterações são justificadas pela delegação ou transferência de competências para as Juntas de Freguesia que incorporam estes documentos e isso entendemos assim como a incorporação dos projetos, porém o documento base em que se reflete esta alteração que é o orçamento não é o nosso, ou melhor não nos verte aquilo que é a totalidade das opções do Partido Socialista para este concelho como tal com este pressuposto iremos abster neste ponto.

Disse, obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não há mais intervenções para esta alteração Modificativa?

Sr. Presidente de Câmara, quer uma nota sobre a ciclopsete?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Uma breve nota explicativa para a Sra. membro da Assembleia, não há propriamente uma retirada de verba, ela depois é reprogramada a questão é a seguinte com o prazo de lançamento do concurso naturalmente não faz sentido termos por exemplo os quinhentos mil euros da ciclovia todos em dois mil e vinte e dois e estamos já a deixar verba que poderá ser executada em dois mil e vinte e dois e passar a restante para dois mil e vinte e três, porque de facto é como diz o dinheiro possivelmente nem vai chegar, o projeto já tem quase dois anos tem que ainda ter aí algumas questões obviamente o Caderno de Encargos vai ser atualizado na véspera de ser colocado para despacho e na plataforma dos concursos públicos , mas estimamos que até possamos vir a ter que reforçar, mas é apenas uma reprogramação. O dinheiro pode estar neste momento a servir para reforçar por exemplo a revisão de preços de outras obras mas em contra partida ele já tem dinheiro em dois mil e vinte e três e aliás nem podemos lançar imaginemos que a ciclovia entre a saída de Aires e Setúbal que

é uma das ligações que queremos fazer é superior ao valor inicialmente previsto, nós não poderemos lançar se não tivermos entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três um valor superior naturalmente ao preço base da empreitada.

Em suma tratou-se apenas de uma reprogramação. Uma nota final Sr. Presidente da Assembleia, não foi aqui colocada a questão, mas faço a questão de explicar.

Vamos ter várias alterações modificativas habitualmente tradicionalmente fazia-se duas revisões no máximo três por ano na generalidade de cada ano de mandato, nunca ultrapassávamos as três, mas nós temos mesmo necessidade de ir fazendo porque as circunstancias assim o obrigam e uma delas é orçamento do estado acabou de ser aprovado e a partir de dia um há de estar em vigor, nós vamos ter que meter algumas verbas que estão no orçamento do Estado no nosso orçamento nós ainda não conseguimos estabilizar a negociação da transferência na área ada saúde se tudo correr bem em setembro teremos que meter as verbas da transferência da saúde e depois ainda estamos à espera dos avisos do "Portugal 2030" e do "PRR – Plano de Recuperação e Resiliência" também não saíram todos e portanto é normal que este seja um ano em que tenhamos várias vezes e ainda bem que é através da revisão porque permite ao órgão deliberativo escrutinar as opções e conhecer tenhamos várias vezes que fazer outras modificações.

O DR. Paulo Pacheco diz mais duas ou três não, vamos ver se fazemos só mais uma, mas isto vai seguramente obrigar a muito trabalho técnico a conta relógio para termos aqui também tempo para discutir estes próximos reforços e oxalá sejam para meter novas e importantes ações para o desenvolvimento do território.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor (doze da CDU e quatro do MCCP) e quinze abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto número três, se faz favor Sr. Presidente."

PONTO TRÊS – Contas Consolidadas 2021.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Trata-se de um documento iminentemente técnico e como diz no corpo da proposta é obrigatório os municípios que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, no nosso caso uma empresa municipal apresentarem para além das suas contas que já foram ambas aprovadas, têm que apresentar aqui este novo documento das contas consolidadas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pela legislação aqui aduzida.

A consolidação de contas tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe – Palmela Desporto.

De uma maneira geral a estrutura do documento é aquela que a lei obriga, os quadros e o descritivo do texto são coincidentes, são muito objetivos e diretos não tem aqui considerações de natureza politica e é pouco adjetivado, quero apenas chamar a atenção para a página vinte e quatro porque é aquilo que salta mais à vista que é a demonstração dos resultados por natureza consolidada e enquanto que no final de dois mil e vinte e um havia aqui um resultado liquido no período em dois mil e vinte de menos um milhão setecentos e quarenta mil trezentos e vinte e seis, no final de dois mil e vinte e um o resultado liquido é positivo em mais de quatro milhões de euros.

Estou ao dispor para as questões, penso que o ROC eu recebi mais tarde que os Srs. desta vez, também enviou para a Assembleia. Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Todos os Membros da Assembleia têm o parecer do Revisor Oficial de Contas, sobre as Contas Consolidadas e a Certificação Legal de Contas com a sua assinatura desde a parte da Base de Opiniões para Reservas à Responsabilidade do Órgão de Gestão, às Responsabilidades do Auditor, ao relato sobre os outros requisitos legais e regulamentares, portanto todos os Grupos Parlamentares receberam.

Sobre as contas consolidadas intervenções?

Luis Marques do MCCP."

O **Sr. Luis Marques do MCCP:**

"Muito boa noite a todos, Sr. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os restantes Vereadores, mesa, todos os colegas da Assembleia, publico lá em casa e todos os funcionários.

Sr. Presidente, uma questão muito simples, á pouco referiu a página vinte e quatro e pedir-lhe –ia para ir à página vinte e dois por favor só por uma questão de… na página vinte e dois no ativo corrente outras contas a receber em dois mil e vinte e um tínhamos um milhão e quatrocentos mil e agora houve um acréscimo assim muito avultado de valor de dois mil e vinte para dois mil e vinte e u, cerca de onze milhões de diferença e este valor saltou um pouco aqui à vista em relação aos outros valores mais conformes.

Tenho mais a acrescentar que para além desta observação a nossa bancada como não estávamos em funções neste período e por uma questão de coerência o nosso sentido de voto será o da abstenção dado que não tínhamos elementos à data e nem estávamos em funções para poder ter um voto em consciência.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais intervenções sobre este ponto?

Não havendo, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É um esclarecimento, aliás depois quando consultamos aqui a legenda e percebemos onde é que houve diferenças, mas esta passagem de um milhão quatrocentos e oito para doze milhões quinhentos e quarenta e oito no chamado ativo corrente a receber tem que ver com os empréstimos contratados e como sabe á um conjunto de empréstimos para financiar obras candidatadas nomeadamente também ao BEI para as obras dos Fundos Comunitários e portanto está aqui acumulado e é registado desta forma daí a diferença, chegamos ao final do ano com este volume."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, esclarecimento feito ponto três e dizer que todos os empréstimos foram aprovados aqui na Assembleia Municipal.

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor (doze da CDU e nove do PS) e dez abstenções (quatro do MCCP, Três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto quatro Sr. Presidente, se faz favor."

PONTO QUATRO – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização 2021.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado. Vou procurar telegraficamente sistematizar o assunto é obrigatório anualmente ir fazendo um relatório e submete-lo aos órgãos, nomeadamente à Assembleia Municipal nos termos da legislação.

Este relatório é um relatório de monitorização que dá conta do conjunto de processos e ações que se desenvolveram nestas duas áreas de Reabilitação Urbana (ORU) que estão delimitadas no concelho, o Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo, que está cingida ao núcleo antigo da zona sul.

O relatório tem um enquadramento técnico, tem zonamento, tem os objetivos, tem também o conjunto de medidas fiscais e regulamentares que o município foi criando para incentivar a reabilitação. A criação de procedimentos de via verde e devo dizer-vos que no caso das ORU´s e ARU´s, os prazos ao contrario de processos de outra natureza têm sido respeitados e até ultrapassados com celeridade.

Há depois um conjunto depois de outras ações de marketing territorial dessas zonas de dinamização social, económico etc., que estão também aqui ilustradas. Faz parte também da estratégia ações de informação sensibilização e formação e de facto quer o ano passado quer este ano as ações desenvolvidas pelas equipas municipais que estão ligadas a esta operação têm tido uma enorme adesão de investidores de proprietários de técnicos e a última foi bastante interessante por causa das tecnologias, dos materiais, dos incentivos e quanto aos números relativamente ao ano anterior identifica-se mais treze operações notou-se inicialmente uma maior dinâmica e existe na área do Centro Histórico, em Pinhal Novo tem sido menores os números ainda assim em dois mil e vinte e um à mais requerimentos apresentados, à duas vistorias, à três certificações, há aqui entretanto uma explicação que deve de ser dada é que alguns destes atos não são significativos porque muitos dos investidores e dos proprietários que reabilitam acabam por não levar o processo de candidatura aos incentivos até ao fim ou desistem por algum motivo e portanto também há aqui nesses indicadores para certificação da conformidade da ORU e outro tipo de documentos há menos requerimentos porque as pessoas interessam-lhes sobretudo fazer a obra reabilitar, vender alugar do que propriamente a questão do incentivo, mas essa é uma razão que cada um fará a inferência que entender.

Por ultimo o documento tem que dar conta também daquilo que é o investimento público, no espaço público, na reabilitação dos arruamentos das infraestreturas e sobretudo dos edifícios com interesse patrimonial como é o caso das obras que estamos a fazer aqui em Palmela no antigo Quartel da GNR para criação do centro de interpretação das reservas arqueológicas a Igreja do Largo de São João entre outras.

É um balanço e um relatório para conhecimento e apreciação de V.Exas."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Intervenções? Não havendo intervenções votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP e um BE) e cinco abstenções (Três do PPD/PSD dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto cinco.

Sr. Presidente de Câmara se faz favor."

PONTO CINCO – Acordos de execução e Contrato Interadministrativo estabelecidos com as Juntas de Freguesia e União de Freguesias – Prorrogação.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

" O município e em particular o órgão Assembleia deliberaram este modelo de delegação de competências já para este ano e tínhamos feito então esta deliberação com o objetivo de chegarmos ao final de junho e termos já concluído a negociação e todo o processo de competências próprias para as Juntas de Freguesia, tal não foi possível fazer em tempo útil para vir aos órgãos e também para que depois as freguesias se preparassem para este embate que é passarem a gerir os espaços verdes, as limpezas e um conjunto de outras ações mesmo para se prepararem em termos de pessoal porque aqui não é só deliberar a transferência financeira, porque isso depois deixa de vir aqui e passa a ser feito automaticamente pela DGAL, é retirado do orçamento municipal ao contrário destes contratos em que nós aprovamos os montantes e as condições, mas como não foi possível e porque seria complexo fazer esta transferência com bons resultados durante estes meses de verão até porque isto implica transferência de pessoal e não vai ser fácil esse processo, temos necessidade de prorrogar os atuais acordos de execução e contrato interadministrativo com as nossas Juntas de Freguesia até trinta de setembro, porque estimamos que nesse mês já tararemos a este órgão todo o processo da transferência próprias para o futuro.

Para que as Juntas não interrompam o seu trabalho fazendo o exercício daquilo que está neste momento delegado nos acordos e contratos interadministrativo, como sabem é as reparações dos estabelecimentos do primeiro ciclo pré-escolar, é a conservação de mobiliário urbano, manutenção dos espaços verdes, limpeza e conservação dos espaços desportivos descobertos ou seja os acordos e os contratos não são idênticos em todas as freguesias porque a outros que têm noutra documentação isto já deliberado.

As condições e os valores são os mesmos mensalmente, trata-se de prorrogar e definir a verba que tem que ir para estes três meses."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Questões?

Não havendo é sinal que as Juntas de Freguesia, estão também elas, solidarias com os mesmos e, portanto, eu folgo em saber isso.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, Três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto seis, Sr. Presidente."

PONTO SEIS – Protocolo de colaboração para partilha de formação entre a Câmara Municipal de Palmela e as Freguesias do Concelho.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Também resumindo a proposta o município dá muita atenção a esta questão da valorização dos conhecimentos das aptidões e da motivação das pessoas e, portanto, tem ao longo dos anos desenvolvido um plano de formação que tem vindo a crescer em volume de crescimento, horas de formação, diversidade, qualificação e tem para este um plano dos mais ambiciosos de sempre também nesse domínio. Entretanto percebemos que as nossas Juntas de Freguesia e até porque também somos a entidade formadora á áreas em que o próprio município no seu Centro de Formação pode administrar esta informação acreditar entendemos que era importante partilhar e possibilitar as nossas Juntas terem os seus trabalhadores também como beneficiários desta formação e daquela que se adequar naturalmente as suas áreas e aos seus conteúdos funcionais e portanto na pratica trata-se aqui de uma manifestação de disponibilidade para esta cooperação institucional rentabilizando recursos e evitando as Juntas de estarem a gastar dinheiro em formação quando quem faz formação para vinte, faz para vinte e cinco."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigado.

Questões sobre este ponto da ordem de trabalhos?

Faz favor Sr. Presidente de Junta."

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Saudar a Câmara Municipal por esta proposta de partilha e cooperação de formação profissional isso é fundamental uma atualização permanente e congratulamo-nos com a proposta que entronca nas necessidades de atualização da formação profissional transversal às juntas e à Câmara naturalmente.

A formação profissional é um elemento estruturante da ação autárquica e de um serviço público mais célere, eficiente e simplificado na resposta ao cidadão utilizadores dos serviços, beneficiamos todos no fundo com este trabalho de formação.

As autarquias têm hoje e cada vez mais um papel preponderante na vida das comunidades ao nível do conhecimento e formação profissional dos funcionários, obriga naturalmente a uma atualização permanente e por isso deverá corresponder às características de cada área ou setor e ao plano de formação municipal e planos de formação das freguesias.

Deixar aqui duas notas mais opinativas e sugestivas e dizer o seguinte, tornamo-nos cada vez mais multiculturais convivemos com outras línguas, hoje temos uma outra realidade no atendimento isso é fundamental, com outras línguas e outros povos que para cá veem residir. É fundamental uma adaptação do atendimento publico às exigências de um novo modelo de contacto social e institucional essa é uma das vertentes da nossa aposta interna em formação linguística para que cada freguês não saia da junta de freguesia sem ser devidamente atendido na sua ou noutra língua mais acessível.

Hoje esta realidade também nos absorve um pouco e preocupa-nos que é atendermos diariamente no Espaço Cidadão e nos balções das freguesias estrangeiros, todos os dias tem que haver uma grande adaptação, tem que haver um grande esforço para que os utilizadores dos serviços públicos não saiam dali indignados ou sem ter uma resposta possível.

Outra vertente do atendimento público que considero fundamental é a partilha e cooperação séria e o atendimento telefónico também é outra das questões que eu queria deixar aqui também como uma nota de rodapé.

Atendimento telefónico, outra área sobre as quais é necessário criarmos ferramentas de atendimento público para que cada cidadão cada vez que usa o contacto telefónico com a Câmara ou com a Junta de Freguesia não desista, e que aja efetivamente um retorno, um reencaminhamento e uma resposta à pretensão de cada cidadão, por isso consideramos esta proposta de partilha de cooperação em formação fundamental a prossecução de uma atividade cada vez mais qualificada e exigente.

Estamos disponíveis para essa partilha da formação profissional destinada aos funcionários municipais e da Junta de Freguesia, o que está em causa de facto é o bom nome do serviço público que é de todos e sustentado por todos.

Votaremos a favor desta proposta, disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Carlos Jorge da CDU."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Sr. Presidente atendendo ao adiantado da hora diria que a equidade da proposta aqui apresentada pelo Sr. Presidente de Câmara e a solidariedade interinstitucional que revela merecem apenas um curto vocábulo que tem dimensão e utilização parlamentar, mas que aqui também cabe, apoiado.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, pelos vistos apoiamos todos.

Votamos então."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Falta um minuto para a meia noite, vamos entrar no último ponto da ordem de trabalhos.

Sr. Presidente se faz favor."

PONTO SETE – Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudos.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, procurarei também resumir o essencial da proposta. Em primeiro lugar dizer que a operacionalização desta medida constitui um compromisso politico de várias áreas e que foi possível operacionalizar em pleno em dois mil e dezoito e que tem sido bastante gratificante perceber a vantagem e a eficácia dos públicos que têm beneficiado desta medida de incentivo ao procedimento dos estudos.

A proposta de Regulamento tem aqui algumas novidades, por um lado aumentam o número de Bolsas a atribuir passa de trinta para cinquenta e cinco anualmente, possibilita a inclusão de alunos do concelho que estudem em estabelecimentos de ensino superior fora do país, que anteriormente não estava contemplado e isso hoje é cada vez mais frequente.

Também a possibilidade de alunos se poderem candidatar mais do que uma vez no mesmo ciclo de ensino e do cinquenta e cinco pretendemos lendo aí também algumas caraterísticas do nosso concelho e da nossa comunidade e porque habitualmente os procedimentos de estudo e mesmo o ensino articulado nesta área ou não concorriam ou eram pouco descriminados positivamente, introduzimos aqui também uma descriminação positiva para quem siga cursos com formação especifica na área da música.

Tem também o princípio da distribuição da verba até ao valor total inserido no orçamento municipal por outros ciclos de ensino caso não haja candidatos elegíveis no mesmo ciclo de ensino, já aconteceu por exemplo nos cursos de formação tecnológicos não se esgotaram os números de bolsas e digamos o que pretendo é fazer depois a redistribuição e perequação para os outros ciclos, seja no ensino secundário, seja no ensino superior e, portanto, isso fica também já clarificado e regulamentado.

É a inclusão como critério de seleção da possibilidade de atribuição a alunos portadores de grau de deficiência igual ou superior a sessenta por cento, é também outra forma que pretendemos aqui descriminar positivamente, mas depois há um conjunto de outros regulamentos que também remetem nomeadamente os filhos dos Bombeiros em caso de empate etc. etc. há outro tipo de descriminações que depois são cruzadas com este regulamento.

Sobre a questão que por acaso no período antes da ordem do dia foi suscitada é só para referir que de facto no artigo quinto fica explicitado que cada estudante pode beneficiar de mais do que uma bolsa no ciclo de ensino em que ingressou desde que cumpra os requisitos constantes no artigo oitavo e tenha aproveitamento escolar, e o que é que diz o artigo oitavo "*Os que não sejam detentores de outro tipo de apoio financeiro cujo somatório ultrapasse o montante correspondente ao valar estipulado do município*", era isto que eu estava a tentar explicar e não sei se expliquei bem, mas peço ajuda depois aos nossos serviços ou à Sra. Vereadora.

Por outro lado, só referir que esta descriminalização positiva para a música está definida para um máximo de cinco bolsas, seja no secundário, seja no superior e portanto foram estas alterações e melhorias que entendemos incluir no regulamento, voltando a referir que o espirito é o apoio ao procedimento de desenvolvimento dos estudos sobretudo na lógica da igualdade de oportunidades daí que esta coisa também de ter mais que uma bolsa isto tem que chegar a quem mais precisa e que aqui não se trata tanto dos resultados e do mérito mas sobretudo para os casos de comprovada carência económica, é este o espirito do regulamento.

Genericamente é isto Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Sobre este Projeto de Regulamento, questões, intervenções?

Patricia Valente, se faz favor."

A **Sra. Patrícia Valente do PS:**

"Muito boa noite a todos e a todas, em primeiro lugar quero dizer que o Partido Socialista votará a favor, estamos contentes com as alterações que aqui estão a ser propostas, mas também reconhecemos que há várias arestas ainda por limar, nós gostaríamos de destacar a importância da divulgação das Bolsas de Estudo

em escolas onde a alunos que possam ser legíveis para se candidatarem à bolsa de forma massiva nem que tenha que ir um comunicado a cada sala fazer chegar a informação, nas redes sociais também para chegar aos alunos que não estudam no concelho, nos CRJ's, Bibliotecas Municipais, se for preciso pedir ajuda às Associações Juvenis do Concelho para que a informação chegue lá, com o objetivo claramente que o número máximo de estudantes fique a conhecer o projeto para que chegue às pessoas que mais precisam. Por favor não responda que isto já é divulgado no jornal ou no site da Câmara, nós sabemos pode continuar a ser sem problemas, mas se nós queremos chegar aos jovens estudantes temos que ir onde eles estão.

Era só esta nota que nós queríamos frisar da importância da divulgação do projeto. Obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Tânia Ramos do Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Só uma questão Sr. Presidente, até que já falou nela ficamos sem perceber porque é que não é possível acumular duas bolsas ou seja, imagine que a pessoa em questão candidata-se a uma bolsa de ação social no instituto de ensino superior a qual pertence e que se candidata a uma bolsa e que justifica com todos os critérios que estão lá explanados, se é uma questão de lei em que não pode acumular essas duas bolsas ou é um critério em que o faz é só o montante até atingir os mil euros neste caso.

Disse muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não?

Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sobre a primeira questão da Patricia, dizer-lhe que respondo que é divulgado no site do município e nos jornais e acrescento que é também na Juventude Interativa, que é também nas escolas e que é também noutros fóruns de divulgação e de promoção, no Boletim Municipal e até vai numa listinha porque no ano passado fomos um bocadinho mais comedidos que é para não falarem em questões eleitorais que distribuímos também à comunidade educativa e aos pais para conhecerem o conjunto de apoios sociais que nós fazemos na área da educação, daremos a maior divulgação porque temos todo o interesse que assim seja.

Sobre a questão que colocou é uma opção regulamentar na sua construção e tem que ver com este principio da igualdade de oportunidades e também com a não sobreposição dos apoios, isto tem que ver com capitações de rendimentos e, portanto, se tiver outro apoio deixa de ser beneficiária, porque isto na prática ultrapassando aquele valor da capitação não vale apena acumular.

Da técnica regulamentar e legislativa não lhe consigo explicar de outra forma, mas há aqui uma opção politica de fazer, a discriminização sobretudo e até para isto chegar a mais pessoas."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Esclarecido tudo?

Muito bem, votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Chegamos ao final da nossa reunião gostava de agradecer a participação de todos e todas e da forma como o fizeram e gostava também, se o Sr. Presidente não tiver, entretanto nenhuma alteração modificativa para nos fazer voltar aqui em julho, gostava de desejar a todos umas excelentes férias e marcamos encontro os Líderes dia oito de julho e toda a Assembleia no final do mês de setembro.

Muito obrigado e boa noite."

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata, que eu, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos trinta dias de junho de dois mil e vinte e dois.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa